

Acessibilidade Cultural no Amapá Volume 4



Emerson de Paula (org.)



Acessibilidade
Cultural no
Amapá
IV

Emerson de Paula
(Org.)

Emerson de Paula
(Organizador)

Acessibilidade
Cultural no
Amapá
IV

São Paulo
e-Manuscrito
2025

P324a Paula, Emerson de (org.)

Acessibilidade Cultural no Amapá volume IV
Emerson de Paula (Org.), São Paulo: e-Manuscrito, 2025.

78 p

DOI 10.29327/5595682
ISBN 978-85-93955-70-9

1. Acessibilidade Cultural 2. Amapá 3. Pessoas com Deficiência

CDD 308
CDU 304

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Angela Maria Roberti Martins (UERJ)	Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves (UFJF/MG)
Prof. Dr. Antonio Castillo Gómez (UAH/Madrid)	Prof. Dr. Luis Balkar Peixoto Pinheiro (UFAM)
Prof. Dr. Antonio Otaviano Vieira Junior (UFPA)	Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira (UNISANTOS)
Prof. Dr. Antonio Rago Filho (PUC/SP)	Prof. Dr. Manolo Garcia Florentino (UFRJ)
Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior (UFRN)	Profa. Dra. Maria Cristina Dadalto (UFES)
Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff (UFSC)	Profa. Dra. Maria Izilda Santos de Matos (PUC/SP)
Prof. Dr. Fernando de Sousa (CEPESE/Portugal)	Profa. Dra. Meize Regina de Lucena Lucas (UFCE)
Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento (UFPI)	Prof. Dr. Oswaldo Truzzi (UFSCar)
Profa. Dra. Glaura T. Nogueira Lima (UFTM/MG)	Profa. Dra. Tania Regina de Luca (UNESP/Assis)
Prof. Dr. Henrique Alonso Pereira (UFRN)	Profa. Dra. Valéria Aparecida Alves (UECE)
Prof. Dr. Iranilson Buriti (UFCG/PB)	Prof. Dr. Vitorio Capelli (UNICAL/Itália)
Profa. Dra. Iara Beleli (UNICAMP)	Profa. Dra. Yvone Dias Avelino (PUC/SP)
Prof. Dr. João do Prado F. de Carvalho (UNIFESP)	

Todos os direitos reservados à e-Manuscrito.

Copyright © 2025 Emerson de Paula (Org.)

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem a autorização da e-Manuscrito.

As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seus autores.

Editores responsáveis: Gustavo F. S. Ferreira e Karina Cobo Bardavira

Capa: Gustavo F. S. Ferreira e Karina Cobo Bardavira

Foto da Capa: Breno Magno

Integrantes da capa: Dançarinos Luana dos Santos e Izaac Ribeiro Araújo.

Grupo ENXERGANDO ATRAVÉS DA DANÇA - CAP DV - AP

Imagem contracapa: Gerador de imagens com IA / Freepik

Diagramação: Gustavo Ferreira e Karina Cobo

Foto do organizador: Emerson de Paula

Ação cultural aprovada e apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo via EDITAL N° 002/2024
INICIATIVAS ARTÍSTICAS E CULTURAIS - LEI PAULO GUSTAVO FOMENTO CULTURAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE MACAPÁ - FUMCULT



**PREFEITURA
DE MACAPÁ**



MINISTÉRIO DA
CULTURA



GOVERNO FEDERAL
UNião e RECONSTRUÇÃO

Sumário

Apresentação.....	7
Emerson de Paula	
Fluidez, mobilidade e acessibilidade cultural: direito qualitativo de pessoas com deficiência nos rios das Amazônias	9
Silvia Marques Laudiclea Pires da Silva Carvalho Alerrandro de Souza da Silva	
Experiências da deficiência como materialidade cênica e da tecnologia assistiva como tecnologia cênica em dois espetáculos teatrais da cidade de Macapá - AP.....	29
José Flávio Gonçalves da Fonseca	
Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência visual: barreiras atitudinais e comunicacionais em destaque.....	41
Elisangela da Silva e Silva Núbia Xavier da Silva Luis Alexandre Lemos Costa	
Consolidação da acessibilidade cultural no Amapá: ações, projetos e eventos.....	55
Emerson de Paula	
A peça <i>Os milagres de Jesus - O martírio por Maria</i> com audiodescrição.....	63
Elza Lopes de Oliveira Roberta Picanço Rosenilda Farias da Costa	
Índice remissivo.....	77

APRESENTAÇÃO

Esta obra é a continuidade de uma série de publicações que insere o Amapá na discussão sobre Acessibilidade Cultural no cenário nacional, protagonizando o debate na Região Norte. É também mais uma produção realizada pelo Grupo de Pesquisa NECID - Núcleo de Estudos em Espaços Culturais, Inclusivos e Deliberativos (CNPq).

Esta realização consolida a importância do fomento à produção artística via políticas públicas do setor capazes de gerar conhecimento, divulgação, promoção e reverberação no campo cultural, principalmente na área da Acessibilidade Cultural, capitaneadas pela Lei Paulo Gustavo do Governo Federal, executada via Edital pela Fundação Municipal de Cultura de Macapá. Reúne escritoras e escritores, com e sem deficiência, residentes, presentes e atuantes em Macapá, capital do estado do Amapá, mas que compartilham seus conhecimentos não só a nível local e estadual, mas a nível nacional, exaltando uma temática urgente.

Esta coleção chega aqui em seu quarto volume. Esperamos que este movimento de produção e divulgação desse conhecimento específico e extremamente necessário ao movimento cultural do Amapá seja cíclico e se torne cada vez mais constante.

Quebrems nossas barreiras atitudinais e nos tornemos seres acessíveis, uma vez que Cultura é também um direito fundamental e de todas, todes e todos.

Emerson de Paula

Professor do Curso de Teatro da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP /
Organizador desta obra e idealizador da Coleção "Acessibilidade Cultural no Amapá"

**Fluidez, mobilidade e acessibilidade cultural:
direito qualitativo de pessoas com deficiência
nos rios das Amazônias**

Silvia Marques¹

Laudiclea Pires da Silva Carvalho²

Alerrandro de Souza da Silva³

DOI - 10.29327/5595682.1-1

A escrita do texto se inspirou nos movimentos dos rios. E, dentre tantas possibilidades metafóricas, o encontro do rio com barcos e outros rios foi a imagética que elegemos para demonstrar que os aprendizados de três

¹ Doutora em Sociologia. Mestre em Cultura Visual pela Faculdade de Artes Visuais - FAV-UFG. Especialista em Arte Educação em Instituições Culturais. Professora na área de Ensino em Arte no Curso de Licenciatura em Artes Visuais e do Programa de Pós-Graduação em Cultura PPCULT da Universidade Federal do Amapá. Tem interesse por questões da visualidade e os impactos na aprendizagem dos sujeitos culturais na formação inicial de professores, abordando as relações estéticas nos mundos da arte e poéticas nos processos culturais com estéticas urbanas e o cotidiano nas cidades. Tem experiência na área de processos de mediação com ênfase na formação de professores de Artes Visuais, atuando principalmente nos seguintes temas: processos educativos em Arte, poéticas sociais e poéticas dos vínculos nas Amazônias, Acessibilidade Cultural e feminismos.

² Professora do Ensino Especial da Escola Estadual Pestana no Município de Santana/AP. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Culturais da Universidade Federal do Amapá. Ganhadora do Prêmio na 12ª Feira de Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá.

³ Estudante da 1ª Série do Ensino Médio da Escola Estadual Pestana de Santana/AP. Ganhador do prêmio na 12ª Feira de Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá.

autores/escreventes⁴ também se deram pelo encontro. Nos alegamos em compreender que, de modo similar às águas dos rios em fluxos contínuos, os saberes são apreendidos em comunhão na disposição das confluências entre percursos de pesquisa, diálogos e produção de um barco acessível. Portanto, a escrita ganha contornos de vivência coletiva e expressa saberes e sentidos onde referências singulares de encontros impulsionam reflexões para problematizarmos questões de acessibilidade cultural⁵ e inclusão na Amazônia Amapaense.

Compreendemos que a movimentação é contínua, fluida entre aprender, dialogar e consultar o outro em suas singularidades, além de sistematizar as ideias que são descritas. Essa condução nos auxiliou para ampliarmos metodologicamente os entrelaçamentos de vozes e sentimentos para a reflexão acerca do acesso aos saberes e do trânsito de barcos dos povos das florestas, ribeirinhos, quilombolas, povos originários etc.

A escrita foi movimentação dos diálogos constituídos pelos convívios dos autores/escreventes e transcendeu especialidades qualificadas por titulações acadêmicas, profissionais ou hierarquizações. O movimento foi produtivo diante das experiências individuais e do convívio geracional em confluências com o outro. Além de ganhar contornos para sistematização, produção e reflexões em relação ao direito de pessoas com deficiência nas embarcações fluviais e os trânsitos qualificados na vida ribeirinha, reforça a necessidade de amplificar e diversificar modos de olhar, considerando as experiências individuais e coletivas qualificadas pelos repertórios culturais de cada pessoa.

⁴ Três autores realizaram a escrita do texto: Silvia Marques, Laudiclea Pires e Alerrandro de Souza.

⁵ Marques (2024, p. 45) afirma que três aspectos tanto conceituais quanto epistemológicos nutrem e sustentam o argumento acerca da Acessibilidade Cultural, a saber: Antropologia, Feminismos e Cultura Visual. Campos interdisciplinares que se conectam com o direito aos sentidos e outras interações sensíveis, estéticas e éticas que contornam a dinâmica de aprendizados e participação sociocultural de pessoas com deficiência e sem deficiência.

Enfatizamos, portanto, que a escrita se deu pelo acolhimento das vivências dos autores, suas percepções, seus saberes e suas visualidades, em meio à fluência de aprendizados para todos. Sentimento igualmente em sintonia com a vida em comunidades emocionais poetizada por Paes Loureiro (2015) para a convivência nas Amazônias. Assim, escrita e convivência se lançaram ao movimento, margeando poéticas de vida nas comunidades emocionais como o habitar nas Amazônias.

“Comunidade emocional” é mais do que estar em seu território; é compreender fluxos, temporalidades, lugares, cenas e paisagens como fundamento de direitos, especialmente o direito de se locomover com dignidade e acessar a estrutura institucional, mas também o direito de acessar a cultura, dispondo de inclusão e acessibilidade cultural das pessoas com deficiência. O que objetivamos nessas reflexões e no projeto do Barco Acessível é potencializar aprendizados pelas dimensões sensorial, poética e social por meio de experiências vivenciadas em viagens de barco. Ou seja, o direito de se locomover pelos rios nas Amazônias para pessoas com deficiência e a Acessibilidade Cultural se inscrevem nas poéticas dos vínculos (Marques, 2024), revelando visualidades do “mundamazônico” (Paes Loureiro, 2015) e a projeção de que a Amazônia é casa, travessia e corpo que nela vive, existe e resiste.

Onde tudo começou? Desejo... Protótipo do Barco Acessível para os rios nas Amazônias

Na sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE) de uma escola pública, as rodas de conversas e as metodologias restaurativas transformavam as aulas em rodas de escuta ativa. Cada pessoa envolvida é parte essencial de um projeto que encontra sentido na escuta de histórias contadas pelos alunos com deficiência. Foi nessa dinâmica educativa que encontramos o nosso aluno “estrela”. Sim, chamamos de estrela porque seus olhos brilhavam ao

falar e detalhar os embalos dos barcos pelos imensos rios das Amazônias. Veja como o Alerrandro Souza sente:

Espero chegar as férias para viajar com meu avô. Essas viagens são simplesmente extraordinárias. Converso várias coisas com meu avô, mas quase o tempo inteiro fico observando as paisagens e os rios. Sempre fico curioso e vem essa pergunta na minha mente: onde o rio nos leva? Às vezes pergunto e ele me responde. O silêncio também é bom, porque temos tempo para ouvir tudo o que os olhos nos falam. Em uma ocasião quando viajávamos para a casa do meu avô, vi uma cena que me deixou triste. Uma pessoa cadeirante viajou no barco no espaço de carga e próximo ao motor da embarcação. Aquilo me incomodou bastante. Quando fui para a escola, falei para minha professora Laudiclea Pires da Silva Carvalho sobre o ocorrido e disse do meu desejo de produzir um barco que respeitasse as pessoas com deficiência para que elas pudessem viajar pelos rios com dignidade e prazer⁶.

A partir de sua escuta atenta, a professora do AEE Laudiclea Pires da Silva Carvalho se envolveu:

Alerrandro Souza me conta sempre das viagens de barco que faz com seu avô pelos rios da Amazônia. Certo dia, ele me trouxe para a aula um barco feito por ele. Comecei a conversar com Alerrandro Souza e ele me deu detalhes de como recortava, de onde se inspirava para fazer seu barco. Alerrandro Souza, antes de ser meu aluno, não era alfabetizado, além disso, tinha muita dificuldade para falar, especialmente de se socializar com outros colegas de turma e com as pessoas da escola. Não entrava na escola até eu chegar, pois sofreu violência física de uma antiga professora por “não conseguir aprender”. Foi matriculado na escola que leciono diagnosticado como deficiente intelectual e com transtorno-obsessivo compulsivo - TOC, porém, com os acompanhamentos e ensinamentos da professora de educação especial, o aluno posteriormente se tornou um aluno com quadro sugestivo de altas habilidades

⁶ Fala do autor/escritor Alerrandro. Trecho destacado de conversas nas aulas com a professora, em visita à sua casa e momentos de aprendizado no decorrer da produção do barco acessível.

e superdotação. Alerrandro Souza sempre ficava alheio relacionado aos conteúdos de sala de aula, especialmente quando eles se resumiam aos conteúdos e especificidades isoladas das disciplinas do currículo. Foi aí, como professora do AEE, percebi que ele tinha grande potencial e resolvi unificar a habilidade de gostar e fazer pequenos barcos. Alinhei, portanto, a habilidade do aluno de produzir maquetes de barcos com sua inquietação acerca da qualidade de viagens nos barcos nos rios da Amazônia das pessoas com deficiência. O percurso de aula considerou várias etapas, tais como: o incentivo à leitura do aluno na leitura do livro “Vinte Mil Léguas Submarinas”, de Júlio Verne⁷, na ocasião fizemos uma reflexão sobre as primeiras grandes navegações ocorridas na história da humanidade, realizamos conversas em grupo com outros alunos que estavam nos atendimentos na sala do AEE. Depois analisamos que seria possível sim a criação do protótipo. Considerando as metodologias ativas, fizemos as primeiras visitas direcionadas, entre elas: visitamos a Capitania dos Portos do Amapá, na cidade de Santana/AP; portos fluviais de chegada e saída de embarcações no estado do Amapá; capturas de imagens fotográficas dos barcos que fazem o transporte de passageiros nos rios das Amazônias; visitamos a Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos, pois já está em construção o novo porto de embarque e desembarque de Santana/AP; visita em Estaleiro de Construção Naval, no bairro do Elesbão/AP; conversas com artistas e pesquisadores. Todas as etapas tinham um propósito específico: elaborar reflexões acerca de como os barcos podem ser um meio para efetivar o direito à inclusão de pessoas com deficiência nas viagens pelos rios da Amazônia. Nesse caminhar educacional, a Secretaria de Estado de Educação do Amapá/AP (SEED AP) abriu a XII Feira de Ciências e Engenharia do Estado do Amapá. Resolvemos então propor um projeto que consistia em produzir um protótipo de um barco acessível

⁷ Júlio Verne (1828–1905) foi um escritor francês considerado um dos precursores da ficção científica. Suas obras combinam aventura, ciência e tecnologia, antecipando invenções e descobertas que só seriam concretizadas décadas depois. Verne escreveu sobre viagens submarinas, exploração espacial e avanços científicos, influenciando a literatura e a imaginação de gerações. Entre seus livros mais famosos estão *A Volta ao Mundo em 80 Dias*, *Viagem ao Centro da Terra* e *Vinte Mil Léguas Submarinas*.

para a Amazônia. Na produção desse barco, além dos professores de Matemática, Biologia e Técnica do Centro de Altas Habilidades e Superdotação, subsidiando orientações cognitivas para a produção do barco acessível, convidei uma pesquisadora das Artes Visuais da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) para nos orientar em relação à produção estética e artística do barco.

A impressão da professora da UNIFAP foi:

Ao chegar na Escola Estadual Professor José Ribamar Pestana, a professora Laudiclea Pires me apresentou Alerrandro Souza, adolescente esguio com seu uniforme impecável e cabelo com um corte jovial. Com a cabeça baixa, ele me cumprimentou apertando minha mão. As conversas giravam entre a professora Laudiclea Pires e eu, Sílvia Marques. Alerrandro Souza não interagia muito comigo. Foi então que a professora do AEE Laudiclea Pires, conhecendo o comportamento do aluno, pediu para ele me mostrar o barco e contar por que ele gosta de barco. Foi aí que Alerrandro Souza, de forma sutil, detalhou como faz, por que faz e por que gosta de fazer barcos. Falou do seu avô, das viagens, nomeando rios, usando uma linguagem específica da região das variações de embarcações utilizadas pelos ribeirinhos. Narrou em detalhes como produz seus barcos, considerando a sua memória visual das viagens. Depois de tamanha informação e sabedoria sobre os barcos, perguntei sobre as cores que ele pinta. Ele prontamente me falou das cores vibrantes que contrastam com a paisagens monocromáticas do verde da floresta. Disse que as cores não servem apenas para embelezar, mas para identificar determinados pintores de letreiros e donos de embarcações. As pinturas também servem como segurança, pois à noite [...] os ribeirinhos identificam as embarcações. Essas duas informações me tocaram profundamente, pois elas apresentam de forma prática os saberes constituídos nas comunidades emocionais da Amazônia. Uma lógica funcional e, ao mesmo tempo, uma poética social, onde os próprios ribeirinhos assinalam e compõem suas existências como povos das águas e das florestas. Informações que encontram na explicação de Paes Loureiro as referências dos saberes produzidos pelas populações que vivem nas Amazônias.

Para Paes Loureiro (2012, p. 21):

Na sociedade amazônica é pelos sentidos atentos à natureza magnífica e exuberante que o homem se afirma no mundo objetivo e é por meio deles que aprofunda o conhecimento de si mesmo. Essa forma de vivência, por sua vez, desenvolve e ativa a sensibilidade estética. Os objetos são percebidos na plenitude de sua forma concreto-sensível, forma de união do indivíduo com a realidade total da vida, numa experiência individual que se socializa pela mitologia, pela criação artística, pelas liturgias e pela visualidade.

Essas vivências de Alerrandro Souza, o compromisso da professora do AEE e a disposição da professora da UNIFAP possibilitaram a produção do protótipo do Barco Acessível, intitulado “Capitania R. Sasaki”. Construído com materiais recicláveis, isopor (EPS) e alguns materiais ecológicos e vegetais da nossa Amazônia.

O protótipo do Barco Acessível incluiu: métodos de acessibilidade desde a entrada, com rampas de acesso e elevadores para cadeirantes; também pisos tácticos, camarotes adaptados com barras de apoio para idosos, grávidas e pessoas com deficiência física; e decorações sensoriais pensadas para pessoas com transtorno do espectro autista (TEA).

As reflexões preliminares e a própria produção do barco levaram em consideração a relação e a interação com o mundo amazônico, partindo de cada vivência situada, bem como da necessidade de pensar o direito à locomoção, ao acesso a embarcações e à segurança de pessoas com deficiência nos rios das Amazônias.

Todo o percurso de pesquisa levou cerca de um ano. A investigação para a produção do Barco Acessível foi ganhando demandas, depois das visitas que realizamos a vários órgãos que trabalham com o serviço de viagens, tais como estaleiros, portos de embarque e desembarque de passageiros fluviais e a Marinha do Brasil, através da Capitania dos Portos do Amapá, para enfim apresentarmos

nossas reflexões na 12ª edição da Feira de Ciências e Engenharia do Amapá (FECEAP), coordenada pela SEED, evento promovido pelo Governo do Estado do Amapá (cf. Nilo, 25 set. 2024).

Organizamos os dados para que as demandas se traduzissem em pautas de discussão, reflexão e indicativos para atender pessoas com deficiência. Indicamos aspectos indispensáveis para a construção do protótipo de um Barco Acessível. O “Barco Acessível: Capitania R. Sasaki” teria o segundo andar todo adaptado; rampa de acesso fixa logo na entrada e na saída; barras de apoio; espaço para cadeirantes com sinalização; atuadores de rede reservados para pessoas com deficiência (PCD); assistência para cadeirantes; realocação de material de segurança; salva-vidas na altura dos cadeirantes e em todos os andares do barco; camarote sensorial para pessoas com TEA; elevador; som ambiente para redimensionar o foco; luzes baixas para pessoas com baixa visão; sensores e placas informativas para pessoas com deficiência visual e auditiva. A identificação desses indicadores para rever os espaços no barco se deu no percurso de pesquisa e serviu de diferencial para a construção de uma embarcação que levasse em consideração as peculiaridades do uso por pessoas com deficiência.

As pesquisas desenvolvidas em campo revelaram que os portos de passageiros e transporte fluvial no estado do Amapá não possuem acessibilidade para viagens de pessoas com deficiência. Isso nos causou certa comoção. E nos perguntávamos: como pessoas com deficiência viajam pela Amazônia, uma vez que o meio de viajar pela floresta é através dos rios com embarcações? Repetíamos: como viajam? Ninguém nunca se importou com isso? Por quê? Em alguns espaços que nos recebiam, ficavam assustados quando perguntávamos sobre as condições de viagem para pessoas com deficiência nas embarcações.

Escutamos de um viajante as seguintes considerações quando questionamos sobre o acesso das pessoas com deficiência dentro do barco: “*Elas se viram. As famílias cuidam.*” Essa compreensão, além de transferir

a responsabilidade de um serviço público para familiares, isenta os prestadores de serviço da responsabilidade e revela o quanto pessoas com deficiência são invisibilizadas.

O projeto Barco Acessível, elaborado por uma professora e um aluno da Educação do Estado do Amapá/AP do AEE, vem expor e chamar a atenção para sociabilidades humanas nas Amazônias, em especial os cuidados dispensados às pessoas que vivem nesse espaço e que, de certo modo, cuidam desse viver em seus saberes situados, como as condições de locomoção pelos rios. Revela ainda os convívios e a disposição de conservação da vida e da memória biocultural que ainda resiste e é nutrida pelas pessoas que aqui vivem.

A professora, além de introduzir essas discussões na escola sobre a necessidade de pensar a vida das pessoas com deficiência e seu acesso a viagens confortáveis, enquanto garantia de direito, auxiliou cognitivamente alunos do AEE em suas especificidades de aprendizado. O aluno Alerrandro Souza, que produziu o barco, levou sua história com seu avô para toda a comunidade escolar. Ganhou o primeiro lugar na categoria Engenharia e Inovação na 12ª Feira de Ciências e Engenharia do Amapá. E tem orgulho de si mesmo por pertencer a uma comunidade que tem no seu eixo de aprendizado as poéticas dos vínculos nas comunidades emocionais da Amazônia.

O estudo, portanto, teve o suporte do espaço escolar, desde a sua estrutura física até a organizacional, com a adesão da equipe de professores e gestores ao compromisso da professora do AEE. O empenho social e a comunidade escolar puderam mobilizar reflexões contemporâneas e, a partir da produção de conhecimento, sinalizar algumas soluções para questões que afligem determinadas pessoas na vida cotidiana.

Assim, as ações educativas da professora, ao articular aprendizados significativos, chamando atenção para a construção do protótipo de um Barco Acessível na intenção de sensibilizar os órgãos institucionais e empresariais para a necessidade de minimizar barreiras impostas às pessoas com deficiência, também mostraram a potencialidade da

aprendizagem no espaço do AEE, embora quase sempre o ensino na sala de Educação Especial seja solitário e invisível⁸.

E foi assim, ouvindo o que o aluno tem a dizer, que descobrimos o potencial do Alerrandro Souza para construir protótipos. Precisamos incentivar os alunos no espaço escolar e na sala do AEE a aplicar seus talentos e singularidades. Esses estudantes possuem potencialidades cognitivas e sensoriais ao acessar o mundo e precisam de notoriedade. A sala de atendimento educacional especializado precisa de um olhar empático, gentil e humano, e a inclusão precisa ser real e efetiva na escola.

Dispositivos legais e a disposição atitudinal: direito à vida social e cultural nas Amazônias

A pesquisa a todo momento tinha no horizonte conceitual e teórico a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015), que estabelece o dever do Estado de garantir dignidade às pessoas com deficiência. O chamado Estatuto da Pessoa com Deficiência também define que deve ser garantida a essas pessoas a possibilidade de utilização segura de espaços, serviços e transportes.

A Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Lei nº. 13.146/2015), que entrou em vigor em 3 de janeiro de 2015, representa novo marco sobre as questões envolvendo a igualdade e a isonomia para a cidadania brasileira, como pode ser visto nos artigos aqui relacionados. De acordo com a referida legislação, de forma resumida, no art. 46, temos que o direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida pressupõe a eliminação de obstáculos e barreiras. Já o art. 48 dispõe que os veículos de transporte coletivo aquaviário, como instalações, os portos e

⁸ A equipe do AEE na Escola Estadual Professor Jose Ribamar Pestana, no município de Santana/AP, investe pedagogicamente nas metodologias práticas e restaurativas, de modo a acolher e escutar as sensíveis histórias singulares dos alunos como uma forma de conhecer suas habilidades e potencialidades.

terminais, devem ter acesso garantido a todas as pessoas. O art. 53. sinaliza que à pessoa com deficiência deve ser garantida a possibilidade de viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e participação social. Além disso, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) estabelece requisitos para a acessibilidade no sistema de transporte aquaviário na NBR 15450:2006.

Hoje, o estado do Amapá não possui barcos acessíveis para as pessoas com deficiência, e isso é uma barreira para a inclusão dessas pessoas, especialmente aquelas que precisam se deslocar pelos rios da região da Amazônia Amapaense. Considerando que o transporte fluvial é um dos meios de comunicação e maior locomoção no espaço geográfico da Região Norte, torna-se essencial promover um debate sobre a garantia de direitos desse público.

A Região da Amazônia Amapaense faz divisa com a Guiana Francesa e o Suriname, e sua vasta rede fluvial reforça a necessidade de investimentos em infraestrutura. As reflexões sobre os rios, vias de transporte para a população ribeirinha, costumam ter como fundamento o fluxo econômico, mas também possuem um papel importante em relação a saberes ancestrais – como em relação à pesca e à medicina caseira –, ao lazer, ao turismo e à conservação da região e do planeta.

A viagem de barco fluvial transcende a mera locomoção, é um percurso existencial que entrelaça tempo, espaço e subjetividades, especialmente nos rios e canais das Amazônias. Essas viagens assumem múltiplos propósitos, desde o transporte de passageiros e a comercialização de mercadorias até a exploração turística e científica. No entanto, a experiência fluvial é marcadamente desigual, revelando brechas estruturais que evidenciam a exclusão de certos corpos e o desrespeito ao direito à mobilidade.

Os barcos fluviais variam em modelos e dimensões, desde pequenas embarcações de passeio até grandes cargueiros, transportando pessoas, insumos e memórias entre portos e margens. Segundo Novaes (2004), o transporte aquaviário compreende tanto o deslocamento

fluvial (rios) e lacustre (lagos), caracterizando-se como transporte aquaviário interior, quanto o transporte marítimo.

Historicamente, desde os primórdios da civilização, pequenas embarcações permitiram a expedição e o encontro de culturas. Com a evolução tecnológica, a navegação expandiu seus horizontes, mas nem sempre contemplou a totalidade das existências humanas.

A questão da acessibilidade cultural emerge como um desafio central nessa dinâmica. Em um mundo onde mais de 1 bilhão de pessoas apresentam algum tipo de deficiência, correspondendo a aproximadamente 15% da população global (Malta *et al.*, 2016), a adaptação de espaços é uma necessidade urgente. No Brasil, o Censo Demográfico de 2010 apontou cerca de 45,6 milhões de pessoas com deficiência, correspondendo a 23,9% da população.

No contexto amazônico, os barcos assumem um papel vital de integração social, conectando comunidades ribeirinhas, cidades e territórios (Carvalho, 2013). Macapá, por exemplo, mesmo sem conexão rodoviária direta com grande parte do país, não se encontra isolada graças às redes de proximidade relativas (Lencioni, 2006). Todavia, essa integração é seletiva: o acesso pleno às embarcações permanece restrito para muitas pessoas com deficiência, comprometendo não apenas o embarque de cadeirantes, mas também o acolhimento de passageiros com transtorno do espectro autista (TEA), cuja permanência em barcos sem adaptação pode representar desafios significativos e muitas vezes até desistência das viagens fluviais nos rios das Amazônias.

Diante dessa realidade, propusemos o projeto Protótipo Barco Acessível, uma iniciativa voltada para uma adaptação real da arquitetura naval em sua totalidade, considerando as especificidades do transporte fluvial no Amapá, especialmente no trajeto entre o Porto de Santana e Belém, no Pará. O projeto objetiva não apenas garantir acessibilidade física, com rampas e espaços adaptados, mas também repensar as condições sensoriais e cognitivas dos barcos, oferecendo suporte adequado para passageiros autistas, por meio de espaços acolhedores e minimização

de ruídos e estímulos visuais, ou seja, considerando a acessibilidade cultural. Para Marques (2024, p. 39), englobar acessibilidade cultural em iniciativas como essa pressupõe “a disponibilidade de recursos e serviços adaptados e toma o aspecto cultural como forma de existência social e cultural de pessoas com deficiência”.

A problemática central deste estudo reside na falta de infraestrutura adequada nos portos e nas embarcações do Amapá, especialmente em Santana, município do estado, e seu porto para viagens de barco. Essa ausência de acessibilidade compromete a dignidade e a segurança das viagens para pessoas com deficiência, reforçando barreiras que as excluem do direito básico de deslocamento, mas também do direito a viver com dignidade, levando em conta a acessibilidade cultural, que envolve subjetividades e experiências sensoriais com a Amazônia.

É necessário repensar e criar acessos reais às pessoas com deficiência. Esse público também merece apreciar e contemplar a beleza das florestas e dos rios da nossa Amazônia, sentir a pureza do ar, o balançar da maresia e o pulsar das batidas que ecoam nos motores dos barcos que diariamente percorrem os furos dos nossos rios navegáveis.

Pensar o transporte fluvial a partir da inclusão é não apenas uma questão de infraestrutura, mas também de justiça social e reconhecimento das diversas corporalidades que compõem a Amazônia. É ainda uma forma de reimaginar o próprio conceito de viagem: um deslocamento não apenas geográfico, mas também epistemológico e político, uma experiência que todos têm o direito de vivenciar – navegar, sentir e pertencer –, especialmente quando se trata de visualidades (Marques, 2024).

Podemos vislumbrar que, devido à paixão do aluno por barcos e ao compromisso educacional, político e social da professora do AEE, querendo ajudar as pessoas com deficiência, somado à escuta generosa dos anseios dos educandos e à disposição de adaptar suas demandas ao processo cognoscível de conteúdos escolares, surgiu a ideia inovadora do protótipo do Barco Acessível.

Acessibilidade cultural e inclusão no transporte fluvial amazônico: reflexões, experiência e direito à vida

O projeto do Barco Acessível é real e viável, podendo garantir tanto a inclusão quanto a acessibilidade cultural de pessoas com deficiência. Além disso, promove quebra de barreiras, pois foi concebido no espaço escolar e com a participação de aluno com indicativo de altas habilidades e superdotação, demonstrando que o público atendido pelo AEE compreende as demandas sociais dos contextos em que está inserido, podendo, como foi aqui relatado, protagonizar a construção, criação e desenvolvimento de suas habilidades e competências, basta que professores estejam disponíveis para ir em busca de metodologias e inovações em suas práticas pedagógicas de sala de aula.

Alerrandro é um aluno sensível à questão dos direitos das pessoas com deficiência, não por ser uma pessoa com deficiência, mas por entender que o modo de aprender é múltiplo, não se limitando àqueles que se orientam pela razão capacitista. Alerrandro Souza olha para o próximo com brilho, gentiliza e a empatia que todo ser merece ter e receber; revela um modo sensível de apreender e perceber o mundo que nos cerca. Essa interação entre o sensório e o sensível faz com que se abram outras possibilidades de aprendizado. Incentivar a exploração do repertório cultural na feitura de projetos, elementos culturais e estéticos é um caminho promissor para enxergarmos a diversidade de necessidades das pessoas, sejam elas pessoas com deficiência ou não.

O protótipo Barco Acessível possui estrutura arquitetônica completa e serviços para garantir os pressupostos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, dispondo de itens como elevador, pisos táteis, placas de sinalização acessíveis, banheiros com infraestrutura, camarotes para pessoas idosas e autistas, espaços equipados com barras de apoio, salva-vidas de fácil acesso, eletroeletrônicos e brinquedos para acolhimento sensorial de pessoas com TEA.

A questão exposta nesse percurso educacional e organizada neste texto, portanto, diz respeito à viabilidade de processos de aprendizado inclusivos, explorando diferentes vivências e sensibilidades para a produção de saberes. Pensar a produção do Barco Acessível é incluir, mas também chamar a atenção de toda a sociedade para os sentidos e as sensibilidades de aprendizados por outras lógicas. É estar atento à qualidade atitudinal e à garantia dos direitos de pessoas com deficiência na escola e suas existências subjetivas, situadas. A possibilidade de viajar com segurança pelos rios das Amazônias é um direito das pessoas com deficiência, essa viagem precisa se tornar acessível.

Viajar em embarcações seguras é inegociável, mas essa reflexão atende ao chamado da experimentação da cultura, ou melhor, da exploração das potencialidades sensoriais e cognitivas dos corpos, ou seja, o debate também é sobre a acessibilidade cultural. A acessibilidade cultural é o direito aos sentidos, às subjetividades, à produção de memórias extraordinárias, aprendizados através de sensações e qualidades estéticas do “mundamazonico” (cf. Paes Loureiro, 2015). E esse direito é comum, é importante e primordial para todos e também para pessoas com deficiência.

Finalizamos com um gosto de realização como professores e aprendentes que somos. Exaltando a importância e a responsabilidade da escola e das ações docentes como um meio de sensibilizar a vida vivida através da produção de artefatos para sentirmos a vida em sua plenitude e com inclusão.

Considerações finais

A escrita, como um rio, é encontro e travessia, é corrente e calmaria. Aqui, a escrita foi partilhas e diálogos entre três pessoas, vindas de espaços e tempos distintos, mas, juntas e entrelaçadas, tornam-se pertencentes da vida vivida. E fizeram da partilha um envolvimento educativo de lugar da ação docente, transformando encontros em potência de aprendizados. Encontraram-se com a necessidade de

sentir sobre a vida e a viagem de pessoas com deficiência nos barcos pela Amazônia. E pensaram sugestivamente na construção de um protótipo de Barco Acessível.

A escrita deste texto foi partilhada, gestada na escuta e na experiência investigativa, mas ancorada em um rigor que compreende os fluxos das comunidades emocionais na Amazônia e suas poéticas dos vínculos.

Silvia Marques, professora da Universidade Federal do Amapá, migrante que se faz amazônida pelo envolvimento em estudos acadêmicos que abrangem cenas e paisagens ribeirinhas. Sentimentos pulsantes de pertencimento e acolhimento. Laudiclea Pires da Silva, uma nascente ribeirinha e professora da Educação Especial, é guardiã das águas, dos rios e igarapés e a cabeça em seu bairro: Elesbão, no município de Santana/AP. Tem seus pés fincados nas margens dos rios, na arte de sonhar, na pesca, na educação do AEE, nos significados de *aprenderensinar* (Alves, 1998) e viver a partir dos fluxos das marés e dos fluxos das águas do Amazonas. Alerrandro, aluno e criador de protótipo do Barco Acessível, uniu técnica, habilidade e sensibilidade do aprender com sua professora, mas também com seu avô. E, em meio à sensibilidade, produziu um lugar navegável de acolhida, empatia e inclusão.

Três existências, três formas de compreender e viver a Amazônia, três olhares que convergem para discutir o transporte fluvial com qualidade e segurança em barcos pensados para garantir o direito de viajar às pessoas com deficiência. Discussão que flui no encontro da escola pública com a universidade, promovendo reflexões ainda ausentes sobre o direito à acessibilidade cultural.

Assim, seja na escrita ou na produção do protótipo do Barco Acessível, lançamo-nos ao movimento, tecendo poéticas de convívio, perspectivando reflexões não apenas pelas normas, pois não se trata de reivindicar, mas sonhar em estimular atitudes éticas de convivência e respeito à necessidade e à diferença do outro. O texto não só exibiu debates conceituais, mas expôs aulas oriundas de processos de aprendizado com técnicas de interação restaurativas, técnicas pedagógicas, adaptativas e inclusivas que emergem

como meio de direcionar os sentidos para pensar e repensar interações e convívios sociais que permitam a acessibilidade cultural e a mobilidade qualificada nos rios da Amazônia.

É urgente pensarmos sobre os barcos que transitam nos rios nas Amazônias. Leis acerca da acessibilidade em barcos e navios precisam ser debatidas por toda a sociedade. A ausência de tecnologias assistivas nos barcos para locomoção e segurança de pessoas com deficiência não só revela um problema estrutural, também compromete a construção das subjetividades dessas pessoas em relação à experiência amazônica.

Portanto, o direito de ir e vir se expande para a garantia de autonomia às pessoas com deficiência. A implementação e homologação de leis e serviços integrados, a participação de pessoas com deficiência na articulação de normas e soluções, a fiscalização das áreas e dos órgãos responsáveis também são aspectos relevantes tanto para a inclusão social quanto para a acessibilidade cultural. Nesse sentido, o protótipo do Barco Acessível pode servir de modelo, orientação e inspiração para a adaptação de barcos e o desenvolvimento de iniciativas diversas compondo a existência poética, plástica e geográfica no território amazônico, uma vez que é preciso pensar e lutar por uma Amazônia para todos.

A experiência da Amazônia não pode ser articulada para alguns ou para poucos. É importante que todos possam vivenciar esse movimento com a floresta, pois ela em si é vital para a vida do planeta. Desse modo, pessoas com deficiência têm o direito de vivenciar esse espaço ecológico, desfrutando toda a experiência cultural proporcionada pelo convívio sensível com rios, igarapés, montanhas, ilhas, florestas e seres vivos que, interdependentes, compõem a narrativa ecológica de um mundo acessível, plural e diverso. Considerar o direito das pessoas com deficiência nesse lugar é reafirmar a soberania dos sentidos entre humanos e natureza. E essa experiência não pode ser negada às pessoas com deficiência. Para isso, a integração de saberes, como a aqui relatada, diferentes vivências, escutas, belezas naturais e práticas culturais mostra-se potencializadora de

processos para transformação de desejos em vivências reais.

Referências

ALVES, Nilda. **Trajetórias e redes na formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

BRASIL. **Lei nº. 13.146 de 06 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146. Acesso em: 14 fev. 2025.

CARVALHO, Mayara Pinho. **Os barcos de linha como meio de transporte no trecho Manaus/Tabatinga**. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Amazonas, Manaus, 2013.

KASTRUP, Virgínia; MORAES, Marcia. **Exercícios de Ver e Não Ver**. Rio de Janeiro: NAU, 2010.

LENCIONI, Sandra. Da cidade e sua região à cidade-região. *In*: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (org.). **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006.

MALTA, Deborah Carvalho *et al.* Prevalência autorreferida de deficiência no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 10, out. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZZdyQJhmQyhp4p35yV6CD6n/>.

MARQUES, Sílvia. Tramas da Acessibilidade Cultural na Licenciatura em Artes Visuais: trançados de uma docência inconclusa *In*: CARVALHO, Adélia A. S.; MOREIRA, Adriana; PAULA, Emerson de; FONSECA, José Flávio G. (org.). **Norteando Experiências em Acessibilidade Cultural**. São Paulo: e-Manuscrito, 2024.

MARTINS, R.; TOURINHO, I.; MARTINS, A. Entre subjetividades e aparatos pedagógicos: o que nos move a aprender? **Visualidades**, Goiânia, v. 11 n. 2, p. 63-64, jul./dez. 2013.

NILO, Léo. Governo do Estado inicia 12ª edição da Feira de Ciências e Engenharia do Amapá. **Agência de Notícias do Amapá**, 25 set. 2024. Disponível em: <https://agenciaamapa.com.br/noticia/25112/governo-do-estado-inicia-12-edicao-da-feira-de-ciencias-e-engenharia-do-amapa>.

NOVAES, A. G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PAES LOUREIRO, J. J. Do mito à ciência. *In*: PAES LOUREIRO, J. de J.; OLIVEIRA, R. G.; DUARTE, R. (org.) **Arte e Cultura na Amazônia**: os novos caminhos. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012, p. 15-25.

PAES LOUREIRO, J. J. **Cultura Amazônica** – uma poética do imaginário. Belém: Cultural Brasil, 2015.

Experiências da deficiência como materialidade cênica e da tecnologia assistiva como tecnologia cênica em dois espetáculos teatrais da cidade de Macapá - AP

José Flávio Gonçalves da Fonseca⁹

DOI - 10.29327/5595682.1-2

Entre novembro de 2023 e outubro de 2024 estive realizando estágio de Pós-doutorado na Universidade de Brasília, pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas - PPGCen/UnB, sob supervisão do Professor Dr. Emerson de Paula. Na ocasião, nos aventuramos no desafio de tecer uma investigação no âmbito da Acessibilidade Cultural, mas dentro de um recorte do uso da tecnologia assistiva enquanto possibilidade criativa na cena teatral. Enquanto resultado obtido da investigação, passei a considerar a tecnologia assistiva enquanto tecnologia cênica, em que a deficiência se mostra não como um desafio a ser superado, mas como materialidade cênica a ser explorada na criação.

A pesquisa desenvolveu-se a partir da análise de algumas obras cênicas em que a deficiência se apresenta enquanto materialidade cênica e em que a tecnologia assistiva é utilizada a fim de favorecer a experiência estética de pessoas com deficiência, mas também enquanto

⁹ Professor do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Doutor em Artes pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Pós-Doutor pelo PPGCen/UnB.

elemento estético passível de elaborações poéticas por parte dos artistas.

Para melhor fundamentar este escrito, é importante situar o leitor acerca das noções de tecnologia assistiva, tecnologia cênica e materialidade cênica nele empregadas, para posteriormente apresentar dois processos cênicos desenvolvidos na cidade de Macapá - AP que, na perspectiva desta investigação, utilizam os princípios apontados.

A noção de tecnologia assistiva considerada nesta reflexão está pautada pelo princípio do desenho universal, segundo o qual “ambientes, meios de transporte e utensílios devem ser projetados para todos” (Sasaki, 2013, p. 11). Em termos legais, o termo está regulamentado pela Lei Brasileira de Inclusão, sendo assim definido:

[...] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2015).

Além disso, a Portaria n.º 142/2026, que institui o CAT - Comitê de Ajudas Técnicas, também define a tecnologia assistiva como:

[...] uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2007).

Em relação à noção de tecnologia cênica, utilizaremos nesta discussão a definição dada por Ronaldo Fernando Costa:

Abrange qualquer linguagem das artes que utilize a cena como meio de comunicação estética/artística. Cabe aqui salientar que o fato de essas áreas estarem reunidas no mesmo campo de conhecimento não tira as suas independências como disciplinas específicas do teatro (Costa, 2010, p. 89).

Já sobre a noção de materialidade cênica, nos remetemos às definições presentes no “Dicionário da Performance e do Teatro Contemporâneo”, de Patrice Pavis (2017, p. 189), que discorre sobre a materialidade teatral como “aquilo que existe no palco, no corpo dos atores, no espaço público onde se inscreve a representação”.

Apresentadas essas noções, proponho para esta abordagem uma inter-relação dos princípios, considerando a tecnologia assistiva pelo caráter estético que pode assumir na cena, equiparada aos demais elementos que compõem a narrativa cênica, como traje de cena, cenário, iluminação, maquiagem e sonoplastia, ou seja, encarada enquanto tecnologia cênica. Dessa forma, a tecnologia assistiva, entendida como tecnologia cênica, considera a deficiência não enquanto uma limitação a ser corrigida, mas como parte integrante da materialidade cênica, que compõe a estética do espetáculo sem deixar, com isso, de possibilitar o acesso das pessoas com deficiência ao conteúdo comunicacional da obra.

Deficiência como materialidade cênica: os exemplos dos espetáculos *Nicole Wolfman* e *A Noite dos Cavalos*

A pesquisa de pós-doutorado a que este texto se refere, apesar de estar vinculada à Universidade de Brasília, analisou obras de diferentes estados do Brasil. Para a presente discussão, irei trazer a perspectiva do estado do Amapá, em específico da cidade de Macapá, com a exemplificação de como os princípios apresentados anteriormente foram utilizados na elaboração cênica de dois espetáculos teatrais produzidos por artistas amapaenses.

Contudo, antes de discutir esses aspectos anunciados, é importante contextualizar o leitor sobre o movimento em torno da Acessibilidade Cultural que vem sendo realizado em Macapá desde o ano de 2017. Iniciado dentro da Universidade Federal do Amapá, com a criação do Grupo de Pesquisa NECID - Núcleo de Estudos em Espaços Culturais Inclusivos e Deliberativos e a posterior instauração do LABAC - Laboratório de Acessibilidade Cultural de Macapá, ambos coordenados pelo Professor Emerson de Paula, do Curso de Licenciatura em Teatro, esse movimento logo se espalhou pela cidade, a partir da conscientização, tanto da classe artística como dos gestores públicos de cultura, de que a pauta do direito das pessoas com deficiência aos bens culturais é de extrema importância e urgência. Ainda dentro da universidade, mas em pleno diálogo com a comunidade extra-acadêmica, muitos trabalhos de pesquisa (teóricos e práticos) foram desenvolvidos, trabalhos esses registrados por meio da publicação de três volumes do livro “Acessibilidade Cultural no Amapá”.

Assim, dois desses trabalhos frutos das investigações teórico-práticas serão brevemente analisados neste texto, sendo eles os espetáculos *Nicole Wolfman* (2020), oriundo de pesquisa prática de Talita Alves, com direção coletiva e atuação de Talita Alves e Kai Henrique, e *A Noite dos Cavalos* (2019), da Cia. Tâmara Produções, com direção de Renilda Navegante e atuação de Lorrana Maciel, ambas obras da linguagem do Teatro, tendo a primeira foco na deficiência visual e a segunda, na deficiência auditiva.

Esses trabalhos foram analisados levando em consideração o uso de recursos, metodologias, estratégias e práticas de tecnologia assistiva para produzir poéticas a partir da deficiência enquanto materialidade cênica, ou seja, a deficiência enquanto potência dramática, visual, do âmbito das ações, do espaço e do corpo.

O espetáculo *Nicole Wolfman* (2022), produzido com base nas investigações práticas desenvolvidas para a elaboração do trabalho de conclusão de curso de Talita Alves, egressa do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, incorpora a

tecnologia assistiva na cena por meio do uso de elementos de audiodescrição enxertados na dramaturgia original, de autoria de Adélia Carvalho.

No texto original, um monólogo, uma jovem narra ao público parte de seus conflitos pessoais. Como a dramaturgia original não foi concebida na perspectiva de trabalhar a materialidade da deficiência visual, na montagem do espetáculo, Talita Alves inseriu novos elementos à estrutura dramatúrgica preexistente, utilizando recursos da audiodescrição aberta a fim de orientar as pessoas com deficiência visual na compreensão das ações realizadas em cena.

Tecnicamente, a audiodescrição obedece a alguns critérios de realização, como a criação de um roteiro prévio, a narração feita por um audiodescritor narrador e a consultoria de uma pessoa com deficiência visual que valida o roteiro. Contudo, existem algumas experimentações, principalmente no campo das Artes, que vêm introduzindo o que tem sido chamado de Audiodescrição Aberta, que, em linhas gerais, diz respeito a uma audiodescrição realizada de dentro da cena, na maioria das vezes pelos próprios artistas que fazem a narração incorporada à dramaturgia do espetáculo, sem a necessidade do uso de equipamentos auxiliares. É importante enfatizar que essas experimentações não dispensam o roteiro e a consultoria de uma pessoa com deficiência visual, apenas buscam deixar o processo mais orgânico e incorporado à estética da obra.

Nesse sentido, para incorporar a Audiodescrição Aberta, a direção do espetáculo se valeu de estratégias de adaptação do texto, entre elas a escrita de novas falas de caráter descritivo e a criação de um novo personagem para ampliar o uso das descrições no decorrer do texto.

Nessa peça em particular, ao adaptar o texto, foram exploradas alternativas para proporcionar acessibilidade ao público com deficiência visual, sem depender do uso de tecnologias de alto custo. A audiodescrição foi incorporada à peça por meio do personagem Doutor, que audiodescrevia a localização dos personagens, suas

ações e expressões por meio de frases, buscando criar uma experiência sensível para esse público (Dantas et al., 2024, p. 67).

O espetáculo explora a materialidade cênica por meio de vibrações, sons e ruídos emitidos pelo corpo dos atores, além de jogar com a relação de luz e escuridão. A Audiodescrição Aberta realizada na cena é incorporada ao texto dramático, indo além de mero recurso de tecnologia assistiva que tenta dar conta de traduzir as imagens em palavras, em um processo unilateral, mas se portando enquanto um elemento da cena que se estabelece por meio da descrição e da narração.



Espectáculo *Nicole Wolfman*.

Foto do arquivo da pesquisadora, 2020.

Descrição da imagem: Fotografia horizontal de uma cena do espetáculo *Nicole Wolfman* sendo apresentada na Sala Preta do Curso de Teatro da UNIFAP, uma sala ampla com paredes e tetos pintados de preto e piso de cimento industrial. No centro da sala, o espaço de apresentação é delimitado por um quadrado de tatames

de borracha de EVA na cor vermelha. Em duas das laterais do tatame, um de frente para o outro, há os atores Talita Alves e Kai Henrique, parados de pé se encarando. Talita está trajando um figurino na cor preta, composto de duas peças, um top e uma calça com fendas laterais nas pernas. Kai está trajando um figurino branco, composto de camisa e calça social. Atrás de cada um dos atores há uma cadeira preta tipo de escritório. A plateia está distribuída em três das laterais do quadrado, alguns sentados em cadeiras e outros sentados em colchonetes no chão.

Já o espetáculo *A Noite dos Cavalos* é um experimento teatral realizado em duas línguas diferentes, a Libras e o Português. Trata-se de um monólogo narrativo oriundo de histórias orais do interior do Amapá preservadas na memória da atriz Lorrana Maciel, que cumpre também a função de intérprete de Libras dentro da cena. A exemplo da Audiodescrição Aberta utilizada em *Nicole Wolfman*, o uso da Libras, no caso de *A Noite dos Cavalos*, é feito dentro da cena pela artista e incorporado à dramaturgia do espetáculo, que se dá como uma obra bilíngue.

É importante salientar que o espetáculo se destina a surdos e ouvintes, e nesse sentido a tradução em Libras, enquanto tecnologia assistiva/cênica, possibilita que a deficiência auditiva se estabeleça como materialidade cênica, da mesma forma que o som audível às pessoas sem deficiência auditiva também é um elemento material trabalhado artisticamente. Assim, o espetáculo é uma obra acessível para pessoas surdas, mas também pode ser assistido por ouvintes. Isso sugere que a tecnologia assistiva, nesse caso, não serve apenas para sua função original de possibilitar a acessibilidade comunicacional da obra às pessoas com deficiência, mas também permite que esses espectadores tenham uma experiência estética no âmbito da linguagem, nesse caso, seu idioma materno.



Espectáculo *A Noite dos Cavalos*.

Foto reproduzida da internet, 2022

Descrição da imagem: Fotografia na vertical de uma cena do espetáculo *A Noite dos Cavalos*. Em primeiro plano está a atriz Lorrana Maciel, de pé, trajando um figurino composto de vestido branco com alças e comprimento que vai até os tornozelos. A atriz está sinalizando em Libras e com o rosto bem expressivo. Do lado direito da imagem, um pouco atrás de Lorrana, vê-se o punho e parte de uma rede de dormir que está atada por uma corda. Do lado esquerdo, mais ao fundo, há uma mesa e um pequeno banco. Bem ao fundo há uma parede preta, e o piso é de madeira, característico de palcos de teatro. No alto da imagem, um pequeno feixe de luz, provavelmente de um refletor.

Conclusões

A análise das duas obras apresentadas buscou evidenciar o uso da tecnologia assistiva enquanto tecnologia cênica, bem como apontar como a deficiência, nesses casos, foi trabalhada enquanto materialidade cênica.

Nesse sentido, a partir da discussão acerca dos dois espetáculos, foi possível verificar que novas abordagens vêm sendo praticadas no âmbito do trabalho com pessoas com deficiência em cena no contexto da cidade de Macapá. É interessante perceber que essa abordagem muda o ponto de vista sobre o trabalho com a Acessibilidade Cultural, uma vez que a deficiência deixa de ser encarada como uma barreira a ser vencida e passa a ser concebida enquanto materialidade na criação cênica. Além disso, há um novo entendimento em Macapá - AP sobre a tecnologia assistiva, que não se limita à sua funcionalidade tradutória, mas se amplia ao seu uso estético.

Os trabalhos analisados, contudo, são direcionados a uma deficiência específica, não se dando ainda enquanto uma obra acessível plena. No caso específico de *A Noite dos Cavalos*, durante a primeira edição do evento Amapá Cena Acessível, ocorrido no ano de 2024, em Macapá, como programação paralela do evento acadêmico 1º Norte de Arte Acessível, foi realizada uma experiência de inserção da audiodescrição, o que possibilitou o acesso comunicacional tanto de pessoas com deficiência auditiva como de pessoas com deficiência visual.

Outras experimentações estão em curso, no intuito de ampliar a acessibilidade nas obras cênicas de Macapá. Desse modo, esses exemplos apresentados reforçam que a cena para/com/por pessoas com deficiência em Macapá - AP é terreno fértil para a criação.

Referências

ALVES, Jefferson Fernandes. A audiodescrição e as tecnologias da cena: o espetáculo teatral (re)visto pelas palavras. *In*: ADERALDO, Marisa Ferreira; MASCARENHAS, Renata de Oliveira; ALVES, Jefferson Fernandes; ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago; DANTAS, João Francisco de Lima (org.). **Pesquisas Teóricas e Aplicadas em Audiodescrição**. Natal: Editora UFRN, 2016.

ALVES, Jefferson Fernandes; CEREJEIRA, Thiago de Lima Torreão. Visualidade e audiodescrição: a cena teatral sob o ponto de vista da deficiência visual. **Revista Aspas**, Seção especial - Visualidades das Cenas, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 8-23, 2021.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Ata da VII reunião do Comitê de Ajudas Técnicas**: CAT CORDE / SEDH / PR realizada nos dias 13 e 14 de dezembro de 2007. Brasília, 2007.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

COSTA, Ronaldo Fernando. **A oficina de iluminação e a construção do espetáculo**: anotações para uma proposta pedagógica. 2010. 186 f. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, Natal, 2010.

DANTAS, Talita Stefene Alves. **Acessibilidade Cultural**: a deficiência como estética em espetáculo cênico acessível para pessoas com deficiência visual. Trabalho de Conclusão do Curso (Licenciatura em Teatro) – Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Macapá, 2022.

DANTAS, Talita Stefene Alves *et al.* Reflexões a partir da recepção e mediação teatral acessível do espetáculo Nicole

Wolfman. *In*: PAULA, Emerson de; OLIVEIRA, Elza Lopes de; DIAS, Ronne Franklim (org.). **Acessibilidade Cultural no Amapá III**. Macapá: EDIFAP, 2024.

PAULA, Emerson de; FONSECA, José Flávio Gonçalves (org.). **Acessibilidade Cultural no Amapá**. São Paulo: e-Manuscrito, 2021.

PAULA, Emerson de; ALVES, Jefferson Fernandes. Encruzilhando saberes na travessia da acessibilidade cultural no/com o/ para o Teatro. **IAÇÁ - Artes da Cena**, Macapá, 2022.

PAULA, Emerson de; FONSECA, José Flávio Gonçalves; PELAES, Márcia (org.). **Acessibilidade Cultural no Amapá II**. São Paulo: e-Manuscrito, 2022.

PAVIS, Patrice. **Dicionário da performance e do teatro contemporâneo**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

SANTANA, Thiago de Lemos. **Outros lugares de onde se vê**: acessibilidade comunicacional em espetáculos cênicos em Goiânia. Dissertação (Mestrado em Artes da Cena) – Programa de Pós-graduação em Artes da Cena, Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiânia, 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão – Parte 1. **Revista Nacional de Reabilitação**, Ano X, n. 57, jul./ago. 2007, p. 8-16.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Reação** - Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SOMACAL, Adriana de Moura. **Memória na ponta dos dedos**: sistematização de práticas de teatro com surdos. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência visual: barreiras atitudinais e comunicacionais em destaque

Elisangela da Silva e Silva¹⁰

Núbia Xavier da Silva¹¹

Luis Alexandre Lemos Costa¹²

DOI - 10.29327/5595682.1-3

Introdução

A acessibilidade em espaços culturais, incluindo teatros, cinemas, shows e outras manifestações artísticas, é um direito fundamental garantido por documentos como a

¹⁰ Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Amapá. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (2021). Pedagoga na Secretaria de Estado da Educação do Amapá. Membro do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Amapá (CONDEAP), representando a Associação de Cegos e Amblíopes do Amapá (ACAAP). Representante titular do Laboratório de Acessibilidade Cultural do Amapá (LABAC/UNIFPAP) para a Conferência Nacional de Acessibilidade. Tem experiência e cursos na área da audiodescrição. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Execução da Dança.

¹¹ Mestra em Educação Inclusiva pela Universidade Federal do Amapá (2004). Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá. Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Pedagoga do Governo do Estado do Amapá. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial e Inclusiva, atuando principalmente nos seguintes temas: deficiência visual, inclusão, educação especial, semipresencial e pedagogia. Experiência e cursos na área da audiodescrição.

¹² Doutor em Educação em Ciências e Matemática pela Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática - REAMEC - UFMT/UFPA/UEA (2020). Mestre em Ciências da Saúde pela UNIFAP (2015). Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Amapá (2006) e Licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Cidade Verde (2023). Especialização em Educação Especial pela UNINTER (2008). Atua na Universidade Federal do Amapá como Professor. Coordenador do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI). Tem experiência nas áreas de Metodologia do Ensino de Ciências e Biologia, Biologia da Educação / Educação Especial, Educação em Ciências.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). Contudo, a presença de pessoas com deficiência visual em plateias de espetáculos ainda enfrenta diversos desafios que limitam o pleno usufruto dessas experiências culturais. Este texto propõe discutir os processos, necessidades e especificidades relacionados à participação de pessoas com deficiência visual nesses contextos, com ênfase nas barreiras atitudinais e comunicacionais que persistem.

O tema é relevante porque reflete a busca da democratização do acesso à cultura, um dos pilares para a construção de sociedades mais igualitárias e inclusivas. Ao analisar a experiência de pessoas com deficiência visual em espetáculos, é possível compreender como as barreiras existentes influenciam a participação cultural e propor soluções que promovam a equidade. Embora a literatura acadêmica e as políticas públicas tenham avançado na área de acessibilidade física, ainda são escassas as discussões aprofundadas sobre acessibilidade comunicacional e atitudinal nesses ambientes.

A hipótese central deste estudo é que as principais lacunas na experiência de pessoas com deficiência visual em espetáculos não estão apenas na ausência de recursos técnicos, como audiodescrição (AD). Ou seja, a forma como produtores culturais, equipes técnicas e até mesmo o público geral percebem e se relacionam com a deficiência visual constitui uma barreira significativa.

Nesse contexto, as perguntas-problema que guiam esta reflexão são: quais as principais barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência visual na plateia de espetáculos culturais? E de que forma a acessibilidade atitudinal e comunicacional pode contribuir para a superação dessas barreiras? O objetivo desta pesquisa em andamento é identificar e analisar os fatores que dificultam a participação plena de pessoas com deficiência visual em experiências culturais, com foco na compreensão das barreiras atitudinais e comunicacionais.

A metodologia utilizada combina uma abordagem qualitativa com pesquisa bibliográfica e o estudo de caso envolvendo uma pessoa com deficiência visual, buscando compreender as percepções sobre os desafios enfrentados e as soluções propostas. Para delimitar o escopo da pesquisa, foram analisados espetáculos em espaços culturais localizados na região central de Macapá, com enfoque em shows e cinemas. Além disso, foram observados eventos que dispunham ou não de recursos de audiodescrição, com o objetivo de comparar diferentes práticas de acessibilidade.

De acordo com Rubira e Negrini (2020), a audiodescrição (AD) descreve elementos visuais, proporcionando mais independência para pessoas com deficiência visual. Ao contrário de uma simples narração, a AD é realizada através da seleção de informações de imagens que não foram esclarecidas pelo áudio, mas também devido à falta de acessibilidade atitudinal e comunicacional.

A originalidade deste estudo está na combinação de uma perspectiva teórica com dados empíricos, permitindo uma análise aprofundada das barreiras comunicacionais e atitudinais que persistem nos ambientes culturais. Embora a audiodescrição seja amplamente discutida como recurso essencial, ainda há pouca ênfase na dimensão atitudinal, que envolve desde a recepção do público até a sensibilização dos profissionais do setor.

Ao abordar essa questão, este artigo também busca contribuir para a formação de uma cultura inclusiva que não se limite à implementação de tecnologias assistivas, mas que também promova mudanças estruturais e comportamentais. A relevância deste debate torna-se ainda mais evidente quando consideramos os desafios enfrentados por pessoas com deficiência visual para acessar espaços culturais de forma autônoma e digna.

Portanto, a discussão proposta neste artigo dialoga com os princípios da inclusão social e cultural, reforçando a importância de construir espaços que acolham a diversidade humana em todas as suas dimensões. Ao trazer a questão das barreiras atitudinais e comunicacionais para o centro do debate, esperamos contribuir para a formulação de políticas

e práticas mais eficazes, promovendo o acesso universal à cultura.

Exclusão/inclusão cultural da pessoa com deficiência visual

Apesar de avanços significativos nas legislações e nas políticas públicas, as barreiras à inclusão cultural de pessoas com deficiência visual persistem, principalmente as de natureza atitudinal e comunicacional. Essas barreiras limitam o pleno acesso de pessoas com deficiência visual a espetáculos, cinemas e outras manifestações artísticas, comprometendo um direito fundamental garantido por documentos como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006).

Esses desafios refletem uma cultura historicamente excludente, que marginaliza a participação das pessoas com deficiência em espaços culturais. A LBI, por exemplo, exige que ambientes culturais sejam adaptados para garantir acessibilidade física e comunicacional. No entanto, muitos espaços culturais falham em implementar recursos como audiodescrição, formação de equipes ou materiais acessíveis (Brasil, 2015). Essa lacuna prática torna evidente a necessidade de soluções mais robustas e comprometidas.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil com status de emenda constitucional, reforça o compromisso dos Estados em promover acessibilidade em todas as dimensões da vida social, incluindo a cultura (ONU, 2006). Contudo, na prática, muitas instituições culturais negligenciam medidas como uso de legendas sonoras, descrições detalhadas e infraestrutura inclusiva, muitas vezes por desinteresse ou desconhecimento.

Um exemplo marcante dessa exclusão é a ausência de audiodescrição, um recurso essencial para que pessoas com deficiência visual compreendam elementos visuais de espetáculos. Como apontam Alves e Cerejeira (2020), a audiodescrição, que flutua entre o visível e o invisível, nas

fronteiras entre o visual e o audível, tornou-se uma prática de tradução socialmente reconhecida a partir dos anos 80 do século XX, baseada em experiências familiares e pessoais de descrição do que não se pode verbalizar. Apesar disso, é subutilizada, seja por falta de investimento ou por ser considerada um custo adicional desnecessário.

Outro entrave significativo está relacionado à formação e sensibilização das equipes que trabalham em espaços culturais. Barreiras atitudinais, como preconceitos ou estigmas, ainda são comuns.

Segundo Ferreira da Silva e Silva (2022), é importante reconhecer o papel do produtor e do gestor cultural em projetos de produção cultural. Para realizar atividades artísticas focadas na Acessibilidade Cultural para pessoas com deficiência, esses profissionais devem conhecer as leis relacionadas à Acessibilidade Cultural e garantir que sejam seguidas nos espaços culturais. Ainda segundo Ferreira da Silva e Silva (2022), o produtor e o gestor cultural precisam ter empatia para entender as necessidades de artistas e espectadores. Além disso, é essencial reconhecer que pessoas com deficiência também consomem cultura. Portanto, os profissionais do setor cultural devem conhecer os espaços culturais e monitorar adaptações necessárias, respeitando as necessidades de cada artista com deficiência e do público.

Outro ponto crítico é a violação dos princípios de acessibilidade estabelecidos pelo Decreto nº. 5.296/2004 e na Portaria nº. 310/2006 pela indústria cultural e pelos meios de comunicação, resultando em situações de exclusão para pessoas com deficiência visual, que não conseguem interagir com produtos de entretenimento, cultura e publicidade (Rodrigues, 2010).

É importante lembrar que a inclusão cultural vai além de recursos técnicos; trata-se de uma mudança de paradigma. Como afirma Freire (1997), a democratização do acesso à cultura e à educação é essencial para a emancipação dos indivíduos e a construção de uma sociedade mais igualitária. Essa perspectiva requer não apenas investimentos em infraestrutura, mas também em educação e sensibilização.

A cultura, reconhecida como um direito humano pela UNESCO, deve estar acessível a todos. No entanto, no Brasil, a exclusão de pessoas com deficiência visual ainda é evidente, revelando um descompasso entre as políticas públicas e a realidade (Rodrigues, 2010).

Para que a AD transforme os produtos audiovisuais em atividades úteis e gratificantes, é importante que as pessoas com deficiência visual, que são os principais usuários, sejam estimuladas, apoiem a causa da acessibilidade e lutem pelos direitos já garantidos por lei (Rodrigues, 2010). Sem a participação das partes interessadas e vontade política, a acessibilidade desses produtos pode não acontecer no Brasil, privando uma parte significativa da população de acesso a um importante meio de aprendizado (Rodrigues, 2010).

Essa realidade contrasta com a concepção de Paulo Freire, que defendia a educação e a cultura como práticas emancipadoras capazes de promover a igualdade e o respeito às diferenças. Freire (1997) ressalta que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. Essa perspectiva reforça a necessidade de envolver todos os agentes culturais — gestores, artistas e sociedade civil — em um movimento conjunto para romper as barreiras que ainda mantêm a exclusão como prática corrente.

Paulo Freire (1997) nos inspira a pensar a acessibilidade cultural como uma ferramenta de conscientização crítica, que vai além da simples adaptação técnica. A inclusão verdadeira só acontece quando os indivíduos são vistos como sujeitos históricos capazes de transformar sua realidade.

Nesse sentido, promover a acessibilidade cultural é ouvir as pessoas com deficiência visual, garantindo que elas sejam protagonistas de sua experiência artística e cultural. Isso implica, por exemplo, não apenas oferecer audiodescrição, mas envolver essas pessoas no planejamento e na curadoria dos eventos culturais.

Por fim, é importante destacar que a acessibilidade cultural beneficia não apenas as pessoas com deficiência

visual, mas a sociedade como um todo (Machado, 2015). A presença de recursos como audiodescrição amplia o alcance das produções culturais, permitindo que públicos mais diversos sejam contemplados. Além disso, esses recursos têm o potencial de sensibilizar a sociedade para as questões da inclusão e da igualdade, contribuindo para a formação de uma cultura mais empática e acolhedora.

Metodologia

A metodologia qualitativa deste estudo está sendo desenvolvida em três etapas principais: revisão bibliográfica, estudo de caso e análise interpretativa. Cada uma dessas etapas é estruturada para responder às perguntas-problema: quais são as principais barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência visual na plateia de espetáculos culturais em Macapá? E de que forma a acessibilidade atitudinal e comunicacional pode contribuir para a superação dessas barreiras?

Na primeira etapa, a revisão bibliográfica, faz-se um levantamento teórico com base nos princípios metodológicos descritos por Marconi e Lakatos (2017). Essa etapa tem como objetivo analisar as principais contribuições acadêmicas relacionadas ao tema, permitindo a construção de um referencial teórico sólido. Além das obras acadêmicas, serão examinados documentos legais relevantes, como a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). Essa análise ajudará a identificar diretrizes normativas sobre acessibilidade cultural e a mapear lacunas presentes na literatura existente, possibilitando a proposição de novas abordagens interpretativas.

A segunda etapa consiste no estudo de caso, seguindo os procedimentos recomendados por Marconi e Lakatos (2017). Analisa-se a experiência de uma pessoa com deficiência visual que frequenta eventos culturais, incluindo cinemas, para identificar barreiras e práticas inclusivas em Macapá. Para garantir o sigilo do participante, ele foi identificado como “Participante invisual”.

A coleta de dados é feita por meio de observação participativa e dos relatos de uma pessoa com deficiência visual. Durante essa etapa, são documentadas experiências vivenciadas em eventos com e sem audiodescrição, registrando as interações, comportamentos e desafios enfrentados. Esse método permite uma abordagem imersiva, fornecendo uma compreensão aprofundada das barreiras enfrentadas em tempo real.

Na terceira etapa, os dados coletados são submetidos a uma análise interpretativa baseada na técnica de análise de conteúdo, conforme descrita por Bardin (2016). Os relatos e observações de campo são organizados em categorias temáticas, como barreiras atitudinais, barreiras comunicacionais e soluções inclusivas.

Essa etapa é fundamentada nos pressupostos teóricos de Paulo Freire, que enfatiza a importância da conscientização crítica e da participação ativa como elementos essenciais para a transformação social. A análise busca não apenas descrever os desafios encontrados, mas também propor estratégias concretas para superá-los.

Por fim, os resultados são validados por meio da triangulação de dados, que cruzará as informações obtidas na revisão bibliográfica, no estudo de caso e na análise de conteúdo. Esse procedimento visa assegurar a coerência e a confiabilidade dos achados, reforçando a relevância científica e a originalidade deste estudo (Creswell, 2007).

Dessa forma, a metodologia proposta permitirá uma abordagem abrangente e crítica sobre as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência visual no contexto cultural, oferecendo contribuições significativas para o debate sobre acessibilidade.

Resultados e discussão

Os resultados deste estudo confirmam que as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência visual em espetáculos culturais vão além da ausência de recursos técnicos, como a audiodescrição, e estão profundamente enraizadas em questões atitudinais e comunicacionais. A

análise qualitativa das observações revelou três categorias principais: barreiras atitudinais, barreiras comunicacionais e boas práticas de inclusão.

No campo da comunicação, os dados evidenciam que, mesmo quando recursos como audiodescrição estão disponíveis, a divulgação inadequada impede que o público-alvo tome conhecimento dessas iniciativas. Nesse contexto, barreiras atitudinais foram amplamente percebidas no cinema e envolvem desinformação:

Um determinado cinema da capital amapaense informa que tem audiodescrição, porém quando fomos assistir um filme que estava em cartaz, o funcionário informou que para esse determinado filme era necessário baixar o aplicativo no celular e o cinema forneceria o fone de ouvido (Participante invisual).

No tocante à inclusão cultural no cinema, Machado (2015) afirma não ser suficiente a disponibilização do recurso de acessibilidade da audiodescrição nos ambientes públicos. Pois, como bem destaca o participante,

Do momento da compra do ingresso no cinema até a ida a sala de exibição do filme, os funcionários ficavam falando para esperarmos determinado funcionário, dando a entender que somente uma pessoa estava habilitada a nos ajudar. Inclusive levamos vinte minutos para baixar o aplicativo, uma das amigas não conseguiu baixar o aplicativo (Participante invisual).

Em relação à participação em shows oferecidos pela Prefeitura Municipal ou pelo Governo do Estado, verifica-se que contam com um espaço reservado para a pessoa com deficiência visual. Porém, o participante destaca:

Nesse espaço ficamos seguros, porém não tem acessibilidade atitudinal em relação a pessoa com deficiência visual, não teve audiodescrição. Quando as pessoas riem, gritam, a gente ficava ali sem saber o porquê (Participante invisual).

Esses fatos vão de encontro a normas e recomendações internacionais sobre a deficiência, que estabelecem que os obstáculos estruturais, técnicos e atitudinais sejam eliminados, garantindo a participação de pessoas com deficiência em atividades culturais, recreativas e desportivas (Brasil, 1996). A inclusão cultural, portanto, vai além do cumprimento de normas legais; trata-se de promover um ambiente em que todos se sintam pertencentes e valorizados.

Os resultados reforçam que a acessibilidade cultural não deve se limitar ao aspecto espacial/estrutural, mas precisa abranger uma mudança de mentalidade dos profissionais e dos gestores culturais. Conforme Freire (1997) argumenta, a transformação social exige conscientização crítica e participação ativa de todos os agentes envolvidos. Nesse contexto, o envolvimento direto de pessoas com deficiência visual no planejamento e na execução de ações culturais mostra-se essencial para garantir que as soluções propostas sejam verdadeiramente inclusivas.

Além disso, a análise apontou a necessidade urgente de políticas públicas mais robustas e integradas que combinem o investimento em tecnologias assistivas com programas de educação e sensibilização. A ampliação do acesso a uma diversidade de recursos culturais pode sensibilizar a sociedade e contribuir para a construção de uma cultura mais inclusiva e empática.

Conclusão

O presente estudo atingiu o objetivo de identificar e analisar as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência visual no acesso a espetáculos culturais, evidenciando que os desafios vão além da falta de recursos técnicos, como a audiodescrição. A pesquisa demonstrou que barreiras atitudinais e comunicacionais, profundamente enraizadas em comportamentos sociais e práticas institucionais, continuam a ser os principais entraves para a inclusão cultural dessas pessoas.

As perguntas-problema — quais são as principais barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência visual na plateia de espetáculos culturais e como a acessibilidade atitudinal e comunicacional pode contribuir para a superação de tais barreiras — foram abordadas de forma abrangente e crítica, por meio da metodologia qualitativa, estruturada em três etapas: revisão bibliográfica, estudo de caso e análise interpretativa.

A revisão bibliográfica embasou o estudo nos marcos teóricos e legais, como a Lei Brasileira de Inclusão (2015) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), enquanto o estudo de caso forneceu dados empíricos valiosos sobre a vivência direta de uma pessoa com deficiência visual em eventos culturais. A análise interpretativa, fundamentada em Bardin (2016), permitiu categorizar os achados em temas centrais, como barreiras atitudinais, comunicacionais e práticas inclusivas.

Os resultados confirmaram que, mesmo quando recursos de acessibilidade técnica estão disponíveis, como a audiodescrição, a falta de preparo das equipes culturais, a divulgação inadequada e a ausência de uma abordagem sensível e empática comprometem a eficácia desses recursos. O estudo reforçou a relevância de mudanças estruturais e comportamentais nos setores culturais, destacando que a acessibilidade atitudinal é tão crucial quanto a técnica para garantir uma experiência plena e significativa.

Adicionalmente, foi possível validar os achados por meio da triangulação de dados, assegurando a coerência e a confiabilidade dos resultados. A originalidade deste estudo reside na abordagem integrada entre teoria e prática, trazendo contribuições importantes para o debate sobre acessibilidade cultural, que ainda carece de aprofundamento, sobretudo no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência visual.

Conclui-se que a inclusão cultural requer não apenas o cumprimento de normas legais, mas também o envolvimento ativo de todos os agentes culturais — gestores, produtores, artistas e sociedade civil — em um movimento coletivo

para promover a conscientização crítica, como preconizado por Paulo Freire. Para que espaços culturais sejam verdadeiramente inclusivos, é fundamental que as pessoas com deficiência visual sejam protagonistas no planejamento e na execução das ações culturais, garantindo que suas necessidades e perspectivas sejam atendidas de forma significativa.

Por fim, ressalta-se que a promoção de uma cultura inclusiva não beneficia apenas as pessoas com deficiência visual, mas enriquece a sociedade como um todo, ampliando a diversidade cultural e fomentando uma convivência mais empática e igualitária. Este estudo contribui para fortalecer o entendimento de que a acessibilidade cultural é um direito humano inalienável e que avanços nessa área são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Referências

ALVES, J. F.; CERREJEIRA, T. L. T. Visualidade e audiodescrição: a cena teatral sob o ponto de vista da deficiência visual. **Revista Aspás**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 8–23, 2020. Disponível em: <https://www.doi.org/10.11606/issn.2238-3999.v10i2p8-23>. Acesso em: 6 jan. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Ação Social. **Normas e recomendações internacionais sobre a deficiência**. Brasília: CORD, 1996.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Tradução: L. de O. Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERREIRA DA SILVA, C. A.; SILVA, A. P. O. A Acessibilidade Cultural e as políticas públicas nos espaços culturais. **Urdimento** - Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 3, n. 45, dez. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MACHADO, I. P. R. **A parte invisível do olhar** - Audiodescrição no cinema: a constituição das imagens por meio das palavras - uma possibilidade de educação visual para a pessoa com deficiência visual no cinema. Dissertação (Mestrado em Multimeios) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 2006. Disponível em: <https://www.un.org>. Acesso em: 5 jan. 2025.

PAULA, E. de; FONSECA, J. F. G.(org.). **Acessibilidade Cultural no Amapá**. São Paulo: e-Manuscrito, 2021.

PAULA, E. de; FONSECA, J. F. G.; PELAES, J. (org.). **Acessibilidade Cultural no Amapá**. Vol. 2. Macapá: Editora da UNIFAP, 2022.

RODRIGUES, I. V. **O potencial formativo do cinema e a audiodescrição**: olhares cegos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Salvador, 2010.

RUBIRA, J. P.; NEGRINI, M. Descrevendo imagens: um estudo sobre a audiodescrição como ferramenta de acessibilidade no telejornalismo. **Revista Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura**, v. 9, n. 2, dez. 2020.

Consolidação da acessibilidade cultural no Amapá: ações, projetos e eventos

Emerson de Paula¹³

DOI - 10.29327/5595682.1-4

A Acessibilidade Cultural é uma realidade em movimento e ação no estado do Amapá, com ênfase em Macapá. Capitaneadas pelo Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), ações importantes de consolidação da pauta são produzidas desde 2017, de forma continuada e ampliada, como a publicação da obra “Acessibilidade Cultural no Amapá”, que em 2025 chega ao seu quarto volume.

Nesse sentido, interessa-nos aqui registrar o surgimento do evento “**Norte de Arte Acessível: Ciclo de Formação em Acessibilidade Cultural na Educação Básica**”, que teve início em 2024 e realiza a sua segunda edição em 2025. Trata-se de um evento regional formativo e presencial, realizado de forma conjunta entre a UNIFAP, a Universidade do Estado do Amapá (UEAP) e o Instituto Federal do Amapá (IFAP) e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através do Programa de Apoio a Eventos no País para a Educação Básica (PAEP-EB).

¹³ Pós-Doutor em Acessibilidade Cultural pelo Programa de Pós-Graduação da UNICAMP. Professor Adjunto do Curso de Licenciatura em Teatro da UNIFAP. Professor Permanente do PPGAC/UFBA e PPGCen/UnB. Idealizador e organizador das publicações da série temática “Acessibilidade Cultural no Amapá”.

Proposto pelo Curso de Teatro da UNIFAP, o evento sobre Arte/Educação e Acessibilidade Cultural é destinado a docentes da Educação Básica, com ênfase nas atuações na área de Arte e Inclusão, e estudantes de Cursos de Licenciatura. Esse ciclo busca também problematizar a formação em Acessibilidade Cultural no Ensino Superior e sua aplicação pedagógica em espaços diversos, em especial na Região Norte, a partir do estado do Amapá. Participaram no evento docentes dos mais diversos cursos da área de Arte oriundos de todos os estados nortistas.

O evento conta com os recursos de Libras, Audiodescrição, Sinalização Facilitada e Monitoria de Recepção Informativa e abrange três momentos: Seminário Temático, Oficinas de Formação e Mostra Artística.

O “Amapá Cena Acessível” é o primeiro Festival de Artes da Cena e Acessibilidade Cultural do estado do Amapá, que configura a Programação Cultural do evento, chegando em 2025 à sua segunda edição. A produção/organização de todo o projeto é do Grupo de Pesquisa NECID - Núcleo de Estudos em Espaços Culturais, Inclusivos e Deliberativos (CNPq).

O evento reúne aplicações mais recentes da área, oportunizando troca de conhecimento e socialização de práticas inclusivas nas diversas linguagens da Arte e sua presença no espaço escolar, a fim de compor um painel de possibilidades de revisão da formação e da docência em relação à prática pedagógica inclusiva proposta por cursos superiores de Licenciatura em Artes no que tange à sua aplicação na Educação Básica, mobilizando a discussão a partir dos estados da Região Norte do Brasil. A iniciativa tem parceria com os Núcleos de Acessibilidade e Inclusão das instituições envolvidas, além da Secretaria de Estado da Educação do Amapá e da Secretaria Municipal de Educação de Macapá. Ampliando o acesso e corroborando a proposta, todas as atividades do evento contaram com intérprete de Libras e serviço de Audiodescrição para maior alcance de público. Além disso, foram realizadas em espaço com acessibilidade física, contando com placas de sinalização

acessíveis e atendimento receptivo específico para pessoas com deficiência.

Histórico: eventos anteriores

Esse evento, na proporção apresentada, foi sendo gestado desde a adesão do Curso de Licenciatura em Teatro da UNIFAP à Rede Interuniversitária de Acessibilidade Cultural, em 2021. O Curso de Teatro realiza vários eventos com docentes de Arte das redes públicas e privadas do Amapá através dos estágios supervisionados e de programas como o **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)** e **Residência Pedagógica (Artes), ambos da CAPES**. Em 2020, foi realizado o I Encontro de Arte-Educação do Amapá, cuja organização contou com a participação do Curso de Licenciatura em Música da UEAP e de docentes de Arte do IFAP. O evento aqui relatado procura consolidar esse processo formativo e as parcerias institucionais, ampliando a discussão em Artes para além das Artes da Cena.

O Curso de Teatro da UNIFAP também esteve à frente da realização do VI Encontro Nacional de Pedagogia das Artes Cênicas (promovido pelo Grupo de Trabalho temático dessa área vinculado à ABRACE - Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas) e do III Encontro das Licenciaturas em Teatro do Norte, que aconteceu em Macapá em 2019, além do Seminário de Pesquisa em Artes Cênicas, realizado desde 2014, o que demonstra histórico de produção de eventos em nível de ciclos formativos.

Salienta-se ainda que desde 2021 a UNIFAP integra, a partir do Curso de Licenciatura em Teatro, a Rede Interuniversitária de Acessibilidade Cultural, organizada pela UFRJ, criadora da Especialização em Acessibilidade Cultural, que é pautada pela Meta 29 do Plano Nacional de Cultura. Nesse sentido, a UNIFAP é a única instituição da Região Norte pertencente à Rede e que ofertará o Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural em caráter EaD para a Região Norte, curso esse realizado em parceria com

o Ministério da Cultura (MINC) e o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) através da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD).

Em abril de 2024, foi realizada a 1ª Edição do Norte de Arte Acessível, em Macapá, na UNIFAP, e sua segunda edição acontece em abril de 2025, na UEAP. Esse evento de porte regional consolidou as ações focadas nessa temática e ganhou projeção inclusive midiática no estado do Amapá e na Região Norte, graças ao reconhecimento de sua importância. O evento foi contemplado em todas as suas edições pelo PAEP-EB CAPES, o que se tornou primordial para sua realização e um diferencial para as instituições envolvidas, o Estado do Amapá e a própria Região Norte.

Fomentar a discussão e reflexão sobre a Acessibilidade Cultural na Educação Básica, seja via seus agentes diretos, seja via espaços de formação de docentes que atuarão nesse segmento, é urgente para que possamos promover reformulações e reverberações de práticas pedagógicas inclusivas, em específico na área de Artes. Essa discussão se torna ainda mais necessária na Região Norte, que abrange as linguagens artísticas da Amazônia. Esse evento é a continuidade da responsabilidade formativa das instituições de ensino do Amapá envolvidas nesse projeto, que, com a experiência adquirida, encontram-se em posição de alçar eventos maiores, inserindo-se de forma mais atuante junto à formação em Artes para a Educação Básica na Região Norte, articulando parcerias para efetivação de um currículo inclusivo para a Arte-Educação.

Assumir o foco desse evento na Amazônia, a partir do estado do Amapá, é apresentar as ações artístico-pedagógicas em Acessibilidade Cultural promovidas na Amazônia afro-ameríndia e registrar a importância da produção pedagógica especificamente do Amapá, potencializando as diversas investigações sobre a temática em questão para que seu reflexo ultrapasse fronteiras territoriais. O Amapá está no meio do mundo, na linha do Equador. É, portanto, uma região que está no centro, e parte desse centro para irradiar conhecimento às extremidades, rompendo com a visão de isolamento a nós estipulada/

determinada. Visão essa que se estabelece até mesmo com outros estados da Região Norte.

Esse evento é a possibilidade da troca de experiências de formação e práticas de Arte-Educação e inclusão na Amazônia. O Curso de Licenciatura em Teatro da UNIFAP, proponente primeiro do evento, possui o Projeto de Extensão LABAC - Laboratório de Acessibilidade Cultural no Amapá e o primeiro Núcleo de Audiodescrição junto a um Curso de Artes no país, o que lhe garante o aspecto inclusivo que o evento promove em toda a sua programação.

Sua continuidade vem atender à avaliação das pessoas presentes nas duas edições, principalmente o significativo número de docentes da Educação Básica que avaliaram o quanto é fundamental na Região Norte versar sobre as linguagens artísticas na Amazônia na perspectiva inclusiva, entendendo que a Escola é também um espaço de criação artística nas comunidades.

Contribuição para estudantes e profissionais da educação envolvidos

Esse ciclo formativo possui as seguintes contribuições a todo o público envolvido no evento:

- possibilita um intercâmbio entre os diferentes estados, instituições e agentes educacionais da Região Norte para a efetivação de um coletivo pedagógico versado em Acessibilidade Cultural a partir da troca de experiências na área, através de uma gama de docentes da Educação Básica, agregando pesquisadores/as e licenciandas/os que tratam da Acessibilidade Cultural na Educação com sobriedade e criticidade numa perspectiva inclusiva;
- intercâmbio de/entre docentes e discentes da Região Norte do país;
- inserção positiva e epistêmica do estado do Amapá no fazer científico e na formação docente da Região Norte e do país;
- oportunidade de formar agentes ativos/as na Educação Básica atuando como mediadores/as de epistemologias

artístico-educacionais inclusivas em suas instituições de origem;

- promoção de ação de inclusão e contribuição para que um público diverso, com a acessibilidade comunicacional e a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva em todo o evento, reflita sobre um fazer pedagógico inclusivo em Arte;

- socialização das discussões e pesquisas apresentadas no evento, via publicação dos conteúdos das mesas, das palestras e dos painéis temáticos apresentados, promovendo a criação de material para efetivação da prática pedagógica inclusiva em Arte;

- minimização de assimetrias regionais e, principalmente, de assimetrias existentes entre os estados da Região Norte no que diz respeito à produção do conhecimento na área da Acessibilidade Cultural na Educação Básica;

- consolidação de parcerias e intercâmbios dentro da própria Região Norte com entidades e instituições de ensino voltadas para a formação docente em Artes e a pesquisa em Acessibilidade Cultural na Educação;

- consolidação de parcerias e intercâmbios com entidades e instituições de ensino voltadas para a formação docente em Artes e a pesquisa em Acessibilidade Cultural na Educação de abrangência nacional;

- manutenção de um importante ciclo formativo proposto por Instituições de Ensino Superior (IES) à Rede de Educação Básica regional, garantindo a continuidade do diálogo entre instituições e agentes educacionais da Região Norte.

Os relatos de experiência, apresentados em formato de Resumo expandido, versaram sobre duas áreas temáticas: prática de Acessibilidade Cultural em espaços diversos e prática de Acessibilidade Cultural na Educação Básica. Reunidos, culminaram na publicação da obra “Norteando experiências em Acessibilidade Cultural”, que possui dois volumes lançados.

Consolidação e expansão

Esse evento consolida a reunião de várias ações capitaneadas pelo Curso de Teatro da UNIFAP entregues à população de Macapá em diálogo com todo o estado do Amapá, estabelecendo a premissa institucional da realização qualificada e inclusiva do ensino, da pesquisa e da extensão, principalmente na área de Artes.

Registra-se que o Curso de Teatro, junto a CAPES, ainda protagoniza a experiência de oferta, em 2025, do primeiro Curso de Especialização em Audiodescrição em caráter de educação a distância na Região Norte, contribuindo para que a Acessibilidade Cultural não seja apenas uma pauta institucional, mas um movimento de mudança de paradigmas no universo da presença e capacitação das pessoas com deficiência na produção artística e nos espaços e equipamentos culturais.

A peça *Os milagres de Jesus - O martírio por Maria* com audiodescrição

Elza Lopes de Oliveira¹⁴

Roberta Picanço¹⁵

Rosenilda Farias da Costa¹⁶

DOI - 10.29327/5595682.1-5

Este relato de experiência aborda uma construção participativa envolvendo planejamentos e estratégias visando a acessibilidade de pessoas com deficiência visual no contexto de cultura, especificamente na peça de teatro “Os milagres de Jesus – O martírio por Maria”, preparada para apresentação no Centro de Apoio Pedagógico à Pessoa com Deficiência Visual - CAP/AP, pelo Grupo de Teatro Maré, da cidade de Macapá. O CAP/AP é uma instituição pedagógica ligada à Secretaria de Estado da Educação no Amapá.

¹⁴ Pedagoga (UNIFAP), Especialista em Educação Especial (FSF/MA) e Atendimento Educacional Especializado (UFCE). Mestra em Planejamento e Políticas Públicas (UECE). Professora da Educação Especial na Rede Pública do Estado do Amapá - Centro de Apoio Pedagógico à Pessoa com Deficiência Visual - CAP/AP.

¹⁵ Bacharel em Publicidade e Propaganda e Bacharel e Licenciada em História. Em 1988, ingressou no Teatro e adotou o nome artístico de Roberta Picanço, atua nesse universo até os dias atuais, ininterruptamente. É autora de textos para teatro, poesias e declamadora de poemas.

¹⁶ Licenciada em Pedagogia pela UNIFAP. Pós-graduada em Educação Especial pela Faculdade Santa Fé. Especialista em Deficiência Visual pelo Instituto Benjamin Constant. Audiodescritora Consultora. Instituição de vínculo: Centro de Apoio Pedagógico à Pessoa com Deficiência Visual CAP-AP (SEED).

Tendo em vista a problemática da insuficiência de modelos e instrumentos que garantam, para pessoas com deficiência visual na sociedade amapaense, o direito à acessibilidade comunicacional em ambientes como o teatro, surgiu a preocupação, entre a equipe de produção e os artistas, em acessibilizar o espaço, o roteiro e a recepção dessas pessoas. Dessa forma, foram explorados ao máximo meios que lhes oportunizassem a percepção do ambiente pensado/criado e a percepção do produto final, enquanto peça teatral.

Propõe-se então neste trabalho a apresentação do processo de construção e planejamento desse espetáculo teatral, entre profissionais da cultura e profissionais da educação/acessibilidade, que juntos propiciaram entretenimento para um grupo pequeno de pessoas, incluindo pessoas com deficiência visual.

Estima-se que 45.606,048 milhões de pessoas tenham pelo menos um tipo de deficiência física, intelectual, motora, auditiva ou visual no país, segundo o Censo Demográfico de 2010 (BRASIL/ IBGE, 2010), correspondendo a 23,09% da população brasileira. Contudo, cabe notar que esses dados incluem pessoas com perdas funcionais não caracterizadas como deficiência, inviabilizando seu uso como base para o planejamento de políticas públicas para pessoas com deficiência (Dorneles *et al.*, 2018, p. 140). Sendo assim, apenas 8,27% da população brasileira constitui a base para o planejamento de tais políticas, pois apresentam deficiência de moderada a grave, correspondendo, dessa forma, a 15.750.969 habitantes.

Portanto, levar eventos culturais acessíveis para o público de pessoas com deficiência visual é oportunizar a compreensão de saberes culturais, locais e populares, promovendo a construção identitária, criando memórias e ratificando tradições da comunidade.

Nesse sentido, vamos aqui ter os depoimentos das pessoas envolvidas no processo.

1. Roberta Picanço – idealizadora da peça “Os Milagres de Jesus - O martírio por Maria” e atriz

Nasci na cidade de Macapá - AP, e meus pais me deram o nome de MARIA ROBERTA, segunda filha do casal Estácio Vidal Picanço e Francisca de Oliveira Picanço. Minha mãe conta que desde criança eu já demonstrava o gosto pela arte de representar. Passava horas na frente do espelho, imitando pessoas, bichos e sempre utilizando algum objeto, vestuário ou calçado da minha mãe.

Quando ingressei na escola, aos 7 anos, já estava alfabetizada. Meu pai, na época, comprava aos domingos um jornal em que vinha um caderno infantil com histórias, caça-palavras, desenho para pintar e outros entretenimentos que foram essenciais para estimular a leitura. Na escola sempre participei das programações nas datas comemorativas, como: dança, jogral, declamação de poesia, esporte (basquete), mas até então não havia experimentado a atuação em um espetáculo. Apesar de todas essas atividades, eu era muito tímida, mas eu vencia a timidez e me entregava com muita dedicação ao que fazia.

Aos 18 anos, fui convidada pelas atrizes macapaenses Sol Pelaes e Rechene Amin para participar dos ensaios de um espetáculo chamado “Lisístrata - A guerra dos SEXOS”, que não chegou a ser encenada, mas foi o pontapé para uma carreira iniciada no ano de 1988 até os dias atuais.

Diante de toda essa trajetória, me deparei, no ano de 2014, com um fato que voltaria o olhar para as pessoas com deficiência, percebendo a importância da participação delas na sociedade, proporcionada pela quebra de barreiras e impedimentos, sejam eles quais forem. E nesse ano, através do grupo de Teatro Maré, fomos selecionados como parceiros do “Projeto Mais Cultura nas Escolas”, do Ministério da Cultura - MINC, e que pela primeira vez experienciou a inclusão de alunos com deficiência em seus trabalhos. Inclusive quando levou para a Escola Estadual Santuário do Perpétuo Socorro (AP) oficinas e montagem do espetáculo MULHERES DO IGARAPÉ. Sendo o texto baseado em pesquisa feita pelos próprios alunos, visando a

observação do bairro Perpétuo Socorro, antigo Igarapé das Mulheres.

A princípio, recebemos 25 crianças com idade variando entre 10 a 14 anos, e três alunos com deficiência intelectual com mais de 18 anos, então, começou o desafio da equipe em como trabalhar com essa especificidade de forma acessível. De que forma iríamos incluí-los no processo? As oficinas aconteciam aos sábados pela manhã e eram ministradas pelos atores Roberta Picanço, Rechene Amin e Airton Silva, que começavam com o trabalho de aquecimento corporal para todos os alunos, e os alunos com deficiência participavam sem nenhuma dificuldade de interação. E, com o passar do tempo, fomos mediando a participação de cada um, considerando que o projeto envolvia três fases: primeiro, trabalho corporal; segundo, pesquisa sobre o antigo bairro Igarapé das Mulheres; e terceiro, montagem e apresentação do espetáculo.

Na fase de pesquisa, eles participaram com a ajuda dos pais, que enviaram as pesquisas, e nós fomos construindo o texto, baseado no que trouxeram. Após a conclusão do texto, partimos para os ensaios do espetáculo. A partir desse momento, os três alunos com deficiência tiveram participação ativa e satisfatória, o que nos fez repensar suas habilidades dentro de um contexto de possibilidades oportunizadas de forma adequada. Foi uma experiência primeira, sem conhecimentos específicos, mas verificamos que é totalmente possível trabalhar a quebra de paradigmas acerca da deficiência. Portanto, trabalhar com e para pessoas com deficiência tornou-se missão do Grupo de Teatro Maré, embora ainda não soubéssemos de que forma iríamos contribuir para a efetivação da acessibilidade cultural em si.

No ano de 2018, ao ser encaminhada para desenvolver meu trabalho como Secretária no Centro de Apoio Pedagógico a Pessoa com Deficiência visual - CAP, iniciou o grande desafio e vários questionamentos sobre a acessibilidade, visto que ao chegar me deparei com as pessoas com deficiência visual, de uma forma tão complexa, porque, na verdade, a gente que não vivencia o dia a dia

de uma pessoa com deficiência não imagina os seus desafios diários e o quanto as “invisibilidades” nos rodeiam e nos tornam imperceptíveis para as reflexões acerca do assunto “Educação inclusiva”. Diante de tal cenário, me vi, posso dizer, desafiada a entender o universo da Educação inclusiva, participar dela e vivenciá-la de forma a contribuir para que seja efetivada tanto a acessibilidade física como a acessibilidade cultural.

No ano de 2018, o Grupo de Teatro Maré foi convidado para apresentar um recital poético como parte da programação da rede de Leitura Inclusiva Dorina Nowil, e envolvemos a música (violão) tocada pelo professor (com cegueira) Rosenilson Fernandes e pelo declamador, poeta e professor Antônio Carlos Pereira (com cegueira), ambos funcionários do CAP, juntamente com as atrizes Roberta Picanço, Rechene Amin e Sol Pelaes. Nesse dia, tivemos o primeiro contato com a audiodescrição do cenário e do figurino, e a partir desse dia o Grupo procurou incluir em seus espetáculos o uso dessa ferramenta, para acessibilizar seus espetáculos.

Não tínhamos ainda conhecimento de que um espetáculo poderia ser audiodescrito na íntegra para as pessoas com deficiência visual nem da existência de equipamento para a audiodescrição. Somente no ano de 2023 conseguimos efetivar apresentações com audiodescrição na íntegra (aberta e com equipamento), e nesse mesmo ano fiz um curso de extensão pela UNIFAP, iniciando minha carreira também nesse vasto universo. E sempre em busca de conhecimentos para agregar acessibilidade cultural, levando cultura, entretenimento e inclusão para todas as pessoas.

2. Rosenilda Farias – Professora, consultora de audiodescrição e pessoa com deficiência visual

Explorar a acessibilidade no teatro para pessoas com deficiência visual implica o desafio de criar oportunidades e iniciativas que garantam uma experiência inclusiva para todos. No ambiente cultural, o teatro se apresenta como uma ferramenta que proporciona crescimento, desenvolvimento

profissional, promoção do bem-estar, bem como a formação de cidadãos. O teatro é uma fonte de cultura para todos, e vem se consolidando cada vez mais dentro dessa concepção. O estímulo ao pensamento crítico faz o espaço cultural ser visto como uma grande ferramenta de comunicação para as pessoas, inclusive contra o preconceito à diversidade.

Mas, apesar de todos os benefícios trazidos pelo teatro, o espaço cultural prioriza estímulos visuais, o que pode dificultar o acesso de pessoas com deficiência visual (DV). Barreiras arquitetônicas e falta de recursos de acessibilidade também impedem a participação dessas pessoas.

A inclusão de pessoas com deficiência visual no teatro abre portas para novos públicos, enriquece a experiência artística e promove a diversidade. Essas são oportunidades de difundir a cultura para todos, mas percebo que o conhecimento e o uso de recursos de acessibilidade são imprescindíveis para os espaços inclusivos.

A audiodescrição (AD) é um recurso de acessibilidade comunicacional que transforma imagens em palavras. Também considerado um recurso de tecnologia assistiva, visto que:

[...] é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil/ CORDE, 2017).

A tecnologia assistiva (TA) é determinada por categorias, segundo Rita Bersch (2017), e a audiodescrição está identificada no item “4.9 Auxílios para ampliação da função visual e recursos que traduzem conteúdos visuais em áudio ou informação tátil”. Na audiodescrição a narração em tempo real da ação cênica fornece detalhes para pessoas com deficiência visual, o que garante melhor compreensão

do contexto abordado no produto pela pessoa usuária. Sendo que a AD não garante ao público 100% de compreensão, portanto há a necessidade de interagir com outros sentidos e até mesmo outras possibilidades de acessibilidade. A percepção tátil, através de modelos tridimensionais que representam cenários, figurinos e objetos da peça, permite a exploração sensorial. Outro exemplo importante se refere ao fornecimento de informações detalhadas sobre a acessibilidade do espaço, incluindo localização de assentos, banheiros adaptados e outros recursos. São guias de acesso, que inclusive alcançam a equipe de recepção do espaço, apoiando a relação com pessoas com deficiência visual, a orientação e a mobilidade.

Cultura e sociedade caminham juntas. Uma reflexão que se faz é para quem? Já respondo: para todos. Os benefícios da acessibilidade no teatro ampliam o público, sendo pessoas também com a mesma sede de entretenimento com qualidade, com história, com informação, descontração. A expansão no acesso ao teatro permite que mais pessoas desfrutem da arte e do conhecimento. Há o enriquecimento da experiência, criando uma atmosfera mais significativa. Isso é promover a diversidade com respeito e valorização, tendo assim um ambiente acolhedor para todos.

Para que a acessibilidade alcance de fato as especificidades da pessoa com deficiência visual, é importante que se inicie na entrada do espaço, com adaptações do espaço físico, iluminação, braile e informações com contraste para pessoas com baixa visão, visando uma melhor recepção e acolhida dessas pessoas, percebendo-se a acessibilidade além da audiodescrição. Conhecer instituições e formar parcerias com profissionais especializados em acessibilidade garante a qualidade dos serviços e recursos oferecidos.

A inclusão pensada com acessibilidade cultural é essencial para garantir a participação de todos. Exemplos são os recursos de audiodescrição e resenha tátil, esse conjunto enriquece a experiência humana, uma vez que trabalha os sentidos da audição e do tato para a compreensão do real.

O espetáculo “Nicole Wolfman”, sob a orientação de Emerson de Paula, com os atores Kai Henrique e Talita Alves, realizado em Macapá, pelo Curso de Teatro da UNIFAP, ofereceu audiodescrição (pelos próprios atores), bem como uma maquete tátil, produzida por May Letícia. Vivenciei a compreensão do cenário em modelo tridimensional.

A audiodescrição pensada durante o processo de construção do espetáculo oportuniza melhor interação entre equipe de teatro e equipe de audiodescrição, como ocorreu no caso do espetáculo “Os milagres de Jesus - O martírio por Maria”, sob a direção de Roberta Picanço. Tive a oportunidade de trabalhar como consultora e participar no dia como espectadora, junto de outras pessoas com DV. Foi incrível fazer parte da equipe que realizou essa acessibilidade, pois, como pessoa com deficiência visual, desejo que a acessibilidade seja mais frequente.

A audiodescrição é fundamental para que as pessoas com deficiência visual tenham acesso às informações visuais de uma peça teatral. Para realizar essa acessibilidade, é necessário assistir a ensaios da peça para se entender o tempo de cada intervenção na audiodescrição e não atrapalhar o enredo. Em seguida, é necessário montar o roteiro da audiodescrição, que é realizado por um profissional especializado. Depois, é necessário assistir à peça com a audiodescrição para se ter uma percepção clara e informar sugestões para aprimorar o trabalho.

A apresentação da peça com audiodescrição no Centro de Apoio Pedagógico à Pessoa com Deficiência Visual foi muito gratificante. Perceber que as pessoas com deficiência visual estavam inclusas e tinham acesso às informações visuais foi emocionante.

A audiodescrição é uma ferramenta importante para suprir a falta de informações visuais e permitir que as pessoas com deficiência visual tenham acesso à cultura. É muito gratificante ver que o nosso trabalho é reconhecido e que a acessibilidade cultural está sendo considerada essencial a nível de Amapá.

A audiodescrição contribui para a inclusão de pessoas com deficiência visual e outras necessidades

no teatro e na sociedade. Estamos tomando nosso lugar, e a audiodescrição, como recurso de acessibilidade comunicacional, é uma ferramenta fundamental para isso.

3. Elza de Oliveira - Professora, audiodescritora roteirista e narradora

Sou professora, exerço minhas funções no Centro de Apoio Pedagógico à Pessoa com Deficiência Visual - CAP em Macapá/AP. No CAP já trabalhei nos vários atendimentos às pessoas com deficiência visual (DV) – braille, atividades da vida autônoma, orientação e mobilidade. Também fiquei na coordenação do Núcleo de Convivência, que tem como objetivo favorecer a convivência, a troca de experiências, a pesquisa e o desenvolvimento de atividades lúdicas e culturais, integrando alunos com ou sem deficiência (Projeto Político Pedagógico – CAP/AP 2025). Atualmente, no CAP, estou no núcleo Didático Pedagógico, compondo a equipe de formação continuada. A instituição oferece 14 cursos relacionados ao atendimento de estudantes e reabilitandos com DV.

A minha relação com a audiodescrição começou em 13 de dezembro de 2013, no Dia Nacional do Cego. Houve uma apresentação de balé e, como nesse período coordenava o Núcleo de Convivência, responsável pelo evento no CAP, fiz a audiodescrição sem nenhuma orientação ou formação específica, apenas me baseando na experiência com descrição. Mas os questionamentos vieram depois. Desde então, procuramos formações específicas – eu, a professora Marly Braga (duas roteiristas) e, a partir de 2017, a professora Rosenilda (consultora).

Também, no ano de 2015, o CAP/AP iniciou as sessões Pipoca. O objetivo é garantir a acessibilidade aos vídeos com o recurso da audiodescrição (AD). Em um primeiro momento, exibimos 7 sessões com filmes da Mostra de Cinema e Direitos Humanos. Depois, seguimos com o filme “Delírios de um cinemaníaco”, um longa que retrata a paixão de José de Oliveira pelo cinema amador. Esse último foi apresentado em voz over, muito difícil, mas o prazer de

ouvir as risadas e torcidas, durante o filme, pelo amor de Zé e Edna foi emocionante.

O primeiro curso de AD em 2015 foi no Instituto Benjamin Constant - IBC/RJ, com as professoras Cida Leite (consultora) e Fátima Berquó (roteirista). Desde então, a busca de formação e compartilhamento de conhecimento sobre AD tem sido constante. Tenho formação em AD pela Universidade Federal de Juiz de Fora, pela Universidade Federal de Alagoas, entre outras parcerias para uma formação constante, como a atuação como colaboradora no Laboratório de Audiodescrição e Produção de Outras Tecnologias Assistivas - LADTECS/UFRJ, participante do grupo Pra falar de AD, bem como enquanto idealizadora e coordenadora da Equipe de Audiodescrição Tucuju em Macapá/AP, esse último com o objetivo de viabilizar pesquisas, estudos e produção de acessibilidade comunicacional na educação e cultura no Amapá.

Este relato de experiência aborda a peça “Os milagres de Jesus - O martírio por Maria”, pelo Grupo de Teatro Maré, que foi um trabalho envolvente e apresentado no CAP/AP. A produção da AD iniciou durante os ensaios: conversando com a produtora, os artistas, equipe de som e montando o cenário, estudando e descrevendo objetos e vestimentas. Participei de dois ensaios para a construção do roteiro, em seguida repassei para a consultora Rosenilda Farias e ficamos a discutir sobre a compreensão do produto.

O primeiro espetáculo com audiodescrição foi no Centro de Apoio Pedagógico à Pessoa com Deficiência Visual, em 14 de abril de 2023 (<https://www.facebook.com/share/p/16U3WUx1XA/>). O segundo momento do espetáculo com audiodescrição foi no I Norte de Arte Acessível, no Espaço Cangapé (<https://www.facebook.com/share/p/1HegGCbGGy/>), em 25 de abril de 2024. Ambos os espetáculos tiveram público com DV usando equipamento de audiodescrição.

Comentário geral sobre os dois espetáculos: as pessoas com deficiência visual eram recebidas por pessoas que utilizavam técnicas de orientação e mobilidade, atuando como guias videntes para levá-las em seus lugares. Houve

o tour tátil para o reconhecimento do espaço/cenário, bem como de móveis e objetos. O espetáculo iniciou com audiodescrição, a atenção era inevitável. Todos atentos ao andar do espetáculo, e no final algumas pessoas fizeram questão de comentar. Inclusive um dos professores com DV colocou que se emocionou e agradeceu muito pelo momento com acessibilidade. Outro professor, também com DV, agradeceu aos artistas e à equipe de acessibilidade. Eu, enquanto roteirista e narradora, e Rosenilda, enquanto consultora. Confesso que ouvir a fala dessas pessoas sobre terem tido melhor compreensão do espetáculo com o recurso de acessibilidade comunicacional também me emocionou. Não pelo fato do uso do recurso, mas pela oportunidade que tiveram em relação a ter profissionais capacitados, equipamento adequado e uma produção de teatro comprometida com o respeito às pessoas com DV. E o melhor, perceber pessoas com DV ou não conversando sobre o espetáculo, trocando informações, pedindo para retornarem com os artistas para parabeniza-los pessoalmente.

Conclusão

Perceber a cultura amapaense sob uma perspectiva acessível para pessoas com deficiência no Amapá está se tornando realidade, inclusive, a Acessibilidade Cultural tem servido como ponto de partida de equipes de produção, pois produtores e artistas se tornam sensíveis e preocupados com a participação dessas pessoas, buscando que seja uma participação mais interativa, com experiências significativas e construindo memórias através de informação e conhecimento.

A acessibilidade comunicacional é um direito, e a audiodescrição, como recurso que oportuniza esse direito, beneficia a cultura amapaense, principalmente ao promover inclusão cultural e social de pessoas com deficiência visual. Como um dos espetáculos abordados neste texto ocorreu no CAP, abrangeu público com deficiência visual, mas o recurso amplia também o entendimento de mais pessoas: com

deficiência intelectual, autismo, TDAH, dislexia e idosos, esses ainda pouco vistos explorando os eventos de Macapá, uma vez que não frequentam tanto ambientes que produzem e divulgam cultura.

A barreira maior para isso é não saber se os espetáculos estão acessíveis e se proporcionam condições para sua participação. Mas, com esse pontapé inicial, em relação a um espetáculo idealizado e produzido por filhos da terra com acessibilidade comunicacional, a audiodescrição não somente leva à compreensão do produto, como também se apresenta como recurso de inclusão na sociedade.

Referências

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: [Assistiva/Tecnologia da Educação], 2017.

BRAGA, Mayara. Espetáculo Os Milagres de Jesus, o Martírio por Maria, pelo Grupo de Teatro Maré. **Facebook**, 18 abr. 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/16U3WUx1XA/>.

BRASIL. CORDE - Comitê de Ajudas Técnicas. Ata VII Reunião do Comitê de Ajudas Técnicas - CAT CORDE / SEDH / PR realizada nos dias 13 e 14 de dezembro de 2007. Brasília, 2007. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Ata_VII_Reuni%C3%A3o_do_Comite_de_Ajudas_T%C3%A9cnicas.pdf.

BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html>.

CAETANO, Renê; LOPES, Gisele Barrio; OLIVEIRA, Márcia Polacchini de. O teatro e suas consequências terapêuticas: O que se ganha ao imergir no jogo teatral? **UNIÍTALO em Pesquisa**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 115-124, jul. 2022.

Disponível em: [www.italo.com.br/portal/cepep/revista eletrônica.html](http://www.italo.com.br/portal/cepep/revista_eletronica.html).

DORNELES, P. S.; CARVALHO, C. R. A; SILVA, A. C. C.; MEFANO, V. Do Direito Cultural das Pessoas com Deficiência. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, n. 1, p. 137-154, 2018. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/issue/view/469/showToc>.

ÍNDICE REMISSIVO

acessibilidade 15, 16, 19, 20, 21, 25, 33, 37, 41, 42, 43, 44, 45,46, 48, 49, 51, 56, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73

acessibilidade atitudinal 42, 43, 47, 49, 51

acessibilidade comunicacional 35, 42, 43, 44, 47, 51, 60, 64, 68, 71, 72,73, 74

Acessibilidade Cultural 7, 9, 10, 11, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 32, 37, 41, 45, 46, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 66, 67, 69, 70, 73

Amapá 7, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 24, 31, 32, 35, 37, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 70, 72, 73

Amazônia Amapaense 10, 19

Arte-Educação 56, 57, 58, 59

Artes Cênicas 29, 57

Atendimento Educacional Especializado/ AEE 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 24

audiodescrição 33, 34, 35, 37, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 56, 59, 61, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74

barco acessível 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 42, 44, 47, 51

cultura 7, 11, 23, 32, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 52, 57, 58, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74

deficiência auditiva 16, 32, 35, 37

deficiência visual 16, 32, 33, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73

dignidade 11, 12, 18, 21

direito/ direitos 7, 9, 10, 11, 13, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 32, 41, 44, 46, 52, 64, 73

docente/ docentes 23, 56, 57, 58, 59, 60

educação/ Educação 13, 17, 24, 45, 46, 50, 46, 59, 60, 61, 63, 64, 67, 72

Educação Básica 55, 56, 58, 59, 60

Educação Especial 12, 18, 24

inclusão 10, 11, 13, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 56, 59, 60, 65, 67, 68, 69, 70, 73, 74

Lei Brasileira de Inclusão 18, 22, 30, 42, 44, 47, 51

Macapá 7, 20, 29, 30, 31, 32, 37, 43, 47, 55, 56, 57, 58, 61, 63, 65, 70, 71, 72, 74

materialidade/ materialidade cênica 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37

mobilidade 9, 18, 19, 25, 30, 68, 69, 71, 72

políticas públicas 7, 42, 44, 46, 50, 64

Região Norte 7, 19, 56, 57, 58, 59, 60, 61

rio/ rios 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25

teatro/ Teatro 31, 32, 55, 56, 57, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73

tecnologia assistiva 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 60, 68

tecnologia cênica 29, 30, 31, 35, 37

transporte fluvial 16, 19, 20, 21, 22, 24

transtorno do espectro autista/ TEA 15, 16, 20, 22

Universidade Federal do Amapá/ UNIFAP 14, 15, 24, 32, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 67, 70



www.emanuscrito.com.br

Formato do livro - 14cm X 21cm

1ª edição

Esta obra é a continuidade de uma série de publicações que insere o Amapá na discussão sobre Acessibilidade Cultural no cenário nacional, protagonizando a Região Norte na área temática junto ao país. É também mais uma produção realizada pelo Grupo de Pesquisa NECID – Núcleo de Estudos em Espaços Culturais, Inclusivos e Deliberativos (CNPq).

Ação cultural aprovada e apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo via EDITAL Nº002/2024 INICIATIVAS ARTÍSTICAS E CULTURAIS - LEI PAULO GUSTAVO FOMENTO CULTURAL FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE MACAPÁ – FUMCULT

ISBN 978-65-93955-70-9



978-65-93955-70-9



**PREFEITURA
DE MACAPÁ**

